

Escola de Ciências Sociais e Humanas

Departamento de Psicologia Social e das Organizações

Diz-me o que pensas e fazes em relação à energia e dir-te-ei como és:
O Valor Social das Crenças e Comportamentos de Eficiência Energética

Maria Augusta Lopes Correia

Trabalho de projeto submetido como requisito parcial para obtenção do grau de
Mestre em Psicologia Social e das Organizações

Orientadora:
Doutora Paula Castro, Professora Associada com Agregação,
ISCTE-Instituto Universitário de Lisboa

Março, 2013

Dedico esta tese à minha mãe que me ensinou que os meus sonhos devem ser sempre maiores que as minhas circunstâncias.

AGRADECIMENTOS

A apresentação desta tese é mais uma importante etapa do meu percurso pessoal e profissional. Felizmente este tem sido um caminho percorrido com a ajuda e empenho de muitas pessoas a quem devo os meus maiores agradecimentos. Assim, as próximas linhas servem para agradecer:

À minha mãe que apostou todos os seus recursos na minha (nossa) formação. A ela devo a ousadia de acreditar.

Ao meu pai que me deixou esta enorme vontade de aprender.

Aos meus irmãos Isabel, Avelino, Ana Lina e Inês e a todos os meus amigos que me acompanham em todos os momentos dando-me esta certeza de nunca estar só.

À Ana e ao Zé que me incentivaram a e apoiaram neste desafio desde o primeiro momento.

Ao Dr. Manuel Esperança aos alunos e professores da Escola José Gomes Ferreira, á Dra. Cristina Tavares e à Dra. Marina Costa e a todos os formandos e formadores do Citeforma que disponibilizaram o seu tempo para participar neste projeto. Sem a sua colaboração esta tese não seria possível.

À Sara, a sua boa disposição e disponibilidade foram imprescindíveis durante todo o processo de recolha de dados.

À Raquel que tive oportunidade de conhecer durante a realização deste mestrado pela sua enorme disponibilidade, a sua crítica construtiva e amizade.

Por fim, mas não menos importante, à professora Paula Castro que aceitou orientar-me durante este percurso, pela sua generosidade, total disponibilidade e competência. A ela devo a satisfação de saber que se voltasse no tempo não hesitaria em escolher o mesmo mestrado, a mesma orientadora e o mesmo tema.

Resumo

Nos últimos anos têm sido produzidas inúmeras leis para promover a eficiência energética (ADENE, 2012). Estas leis só virão a ser eficazes se se tornarem também normas informais de regulação com valor social positivo (Castro, 2012; Fernández-Dols, 2012; Stern, 2000). Neste contexto, é importante perceber se as normas sociais de conservação de energia são socialmente valorizadas.

De acordo com a abordagem sócio-cognitiva das normas sociais (Dubois & Beauvois, 2005) e também com a literatura de gestão de impressões (Sadalla & Krull, 1995) é possível saber o valor social de uma norma através da análise da forma como as pessoas se auto-apresentam e julgam os outros em função dessa norma.

Neste trabalho, propusemo-nos estudar a forma como as pessoas julgam os outros em função de crenças e comportamentos de eficiência energética. Para isso, recorremos ao paradigma do hetero-julgamento (Gilibert & Cambon, 2003), aplicado a dois grupos distintos: jovens e adultos. As avaliações foram expressas através das dimensões competência e cordialidade (Fiske, Cuddy & Glick, 2007).

Os resultados demonstraram que as normas de eficiência energética tem valor social positivo. No entanto, verificou-se que essa valorização não é absoluta. Uma vez que se observa uma tolerância para com os alvos inconsistentes, com crenças pró e comportamentos anti-conservação, sobretudo entre os adultos. O estudo permitiu também observar que existe um efeito moderador da identidade ecológica e da preocupação com as alterações climáticas no julgamento de alvos com crenças e comportamentos de eficiência energética. No entanto, esse efeito não se reflete em todas as dimensões avaliadas, nem de forma igual entre jovens e adultos.

Palavra-chave: gestão de impressões, normas sociais, hetero-julgamento, eficiência energética.

Abstract

In the last years many laws have been issued to promote energy efficiency (ADENE, 2012). These laws only will become fully effective if they become also informal norms with positive social value (Castro, 2012; Fernández-Dols, 2012; Stern, 2000). In this context, it is important to understand if social norms in energy conservation are socially valued.

According to the sociocognitive approach to social norms (Dubois & Beauvois, 2005) and also the literature concerning impression management (Sadalla & Krull, 1995) it is possible to know the value of a social norm by analyzing the way people present themselves and judge others according to this norm.

In this work, we proposed to study how people judge others on the basis of beliefs and behaviors of energy efficiency. For that, we turn to the paradigm of hetero-judgment (Gilibert & Cambon, 2003), applied to two distinct groups: young students and adults. The evaluations were expressed through the two dimensions of competence and warmth (Fiske, Cuddy & Glick, 2007).

Results showed that the energy efficiency norms have positive social value. However, it was also found that this value is not absolute. A tolerance towards inconsistent targets, with pro-conservation beliefs and anti-conservation behaviors, was observed, especially among adults. The study also observed that there is a moderating effect of ecological identity and concerns with climate change in the judgment of other's beliefs and behaviors of energy efficiency. However, this effect is not reflected in all evaluated dimensions, and neither equally between youth and adults.

Keyword: Impression management, social norms, hetero-judgment, energy efficiency.

Índice Geral

I. INTRODUÇÃO	1
II. ENQUADRAMENTO TEÓRICO	5
II.1. A Inovação Social através da Introdução de Novas Leis	5
II.2. As Normas Sociais Enquanto Processos de Influência Social	6
II.2.1 Processos de Influência Social	6
II.2.2 As Normas Sociais	8
II.2.3 O Hetero-Julgamento	10
II.2.4 O Valor Social de Crenças e Comportamentos Sustentáveis	11
II.3. Competência e Cordialidade	15
II.4. O Papel Moderador da “Identidade Ecológica” e da “Preocupação com as Alterações Climáticas”	16
II.5. Contribuição do Estudo para a Compreensão do Valor Social de Crenças e Comportamentos de Eficiência Energética	17
III. MÉTODO	20
III.1. Procedimentos	20
III.1.1 Jovens	20
III.1.2 Adultos	20
III.2. Instrumento	20
III.3. Participantes	21
III.3.1 Jovens	21
III.3.2 Adultos	22
III.4. Variáveis	22
III.1. Hipóteses	23
IV. RESULTADOS	27
IV.1. Jovens	27
IV.1.1 Análise Prévia - Influência do Sexo do Alvo na Avaliação	27
IV.1.2 A Avaliação da Competência, Cordialidade e Impressão Global	27
IV.1.3 O Efeito de Moderação na Avaliação dos Alvos	31
IV.2. Adultos	32
IV.2.1 Análise Prévia - Influência do Sexo do Alvo na Avaliação	32
IV.2.2 A Avaliação da Competência, Cordialidade e Impressão Global	32
IV.2.3 O Efeito de Moderação na Avaliação dos Alvos	35
V. DISCUSSÃO	37
V.1.1 Avaliação dos alvos	37
V.1.2 Competência	38
V.1.3 Cordialidade	39
V.1.4 Impressão Global	40
V.1.5 Efeito Moderador	41

VI. CONCLUSÕES ----- 43

VII. BIBLIOGRAFIA ----- 47

ANEXOS

Índice de Tabelas

Tabela III.1. Distribuição dos participantes jovens pelas diferentes condições do estudo	22
Tabela III.2. Distribuição dos participantes adultos pelas diferentes condições do estudo	22
Tabela IV.1. Médias das avaliações dos diferentes perfis dos alvos (jovens)	28
Tabela IV.2. Valores médios da competência dos diferentes perfis dos alvos (jovens)	29
Tabela IV.3. Valores médios da cordialidade dos diferentes perfis dos alvos (jovens).....	29
Tabela IV.4. Valores médios da avaliação da impressão global dos diferentes perfis dos alvos (jovens)	30
Tabela IV.5. Médias das avaliações dos diferentes perfis dos alvos (adultos)	33
Tabela IV.6. Valores médios da competência dos diferentes perfis dos alvos (adultos)	35
Tabela IV.7. Valores médios da cordialidade dos diferentes perfis dos alvos (adultos)	35
Tabela IV.8. Valores médios da avaliação da impressão global dos diferentes perfis dos alvos (adultos)	35
Tabela V.1. Síntese da avaliação da competência, cordialidade e da impressão global dos diferentes perfis dos alvos (jovens e adultos)	39

Índice de Figuras

Figura IV.1. Avaliação média da competência e cordialidade (jovens)	27
Figura IV.2. Avaliação média da competência e cordialidade (adultos)	32

I. Introdução

A redução do consumo de energia baseada no carbono tornou-se, nas últimas décadas, num dos maiores desafios que o planeta tem enfrentado. A Agência Internacional de Energia (AIE) tem feito apelos dramáticos para que se tomem medidas no sentido de aumentar a eficiência energética e diminuir o consumo de energia com base no carbono. O grande objetivo é impedir que a temperatura global do planeta aumente 2°C nas próximas décadas. No entanto, se nada for feito prevê-se que esse valor atinja os 3,5°C ou mesmo 6°C, o que representará graves problemas ambientais e sociais (ver Parry, Canziani, Palutikof, Linden & Hanson, 2007). Embora o consumo de energia continue a aumentar, registando apenas uma diminuição momentânea em 2008 devido à crise económica, a verdade é que mesmo assim 20% da população mundial continua a não ter acesso à eletricidade (International Energy Agency, 2011). A AIE prevê o aumento de um terço no consumo mundial de energia entre 2010 e 2035. Neste contexto, este organismo “sublinha o papel crítico dos governos na definição dos objetivos e na implementação das políticas necessárias para modelar o nosso futuro energético” (International Energy Agency, 2011, p3).

Em Portugal, o consumo de energia e a dependência energética tem vindo a diminuir nos últimos anos fruto da crise económica e ainda de um maior investimento nas fontes de energia renováveis (Direção Geral de Energia e Geologia, 2012). Porém, o país continua altamente dependente do estrangeiro para responder às suas necessidades energéticas. Em 2010, cerca de 77% da energia consumida em Portugal foi importada, tornando o país altamente vulnerável à flutuação do preço dos combustíveis (Direção Geral de Energia e Geologia, 2012) e contribuindo de forma negativa para a balança comercial portuguesa. As consequências ambientais são também consideráveis, ainda que sejam mais difíceis de quantificar. Os períodos de seca seguidos de períodos de intensa pluviosidade e ainda a erosão costeira que têm afetado fortemente algumas populações do litoral são frutos das Alterações Climáticas a que o país tem tido dificuldade em dar resposta (Schmidt, Santos, Prista, Saraiva & Gomes, 2012).

Uma das soluções encontradas a nível mundial para enfrentar este enorme problema tem sido a criação de instrumentos jurídicos internacionais que regulem a emissão de gases com efeito de estufa responsáveis pelo aquecimento global. O protocolo de Quioto é um dos mais emblemáticos e mais importantes exemplos desses instrumentos. Os países desenvolvidos, signatários do protocolo de Quioto,

O Valor Social de Crenças e Comportamentos de Eficiência Energética

comprometeram-se a reduzir, entre o período 2008 e 2012 (período de compromisso), pelo menos, em 5,2% as suas emissões de gases com efeito de estufa, tendo como referência os níveis de emissão de 1990.

No entanto, a resposta a esta solução pelos diferentes países do mundo não tem sido uniforme. Por um lado, os Estados Unidos da América (EUA) não se comprometem com esses instrumentos, argumentado que o compromisso de reduzir as emissões de gases colocaria em causa o seu desenvolvimento económico. Por outro lado os países da União Europeia (UE) ratificaram o protocolo de Quioto, criaram em 2008, através do Tratado de Lisboa, uma base jurídica específica para a área da energia e adotaram em 2010 uma Estratégia Europeia para a Competitividade, Sustentabilidade e Segurança Energética – Energia 2020. Esta estratégia supranacional estabelece como objetivos a cumprir até 2020: a redução em 20% dos gases com efeito de estufa, o aumento de 20% da eficiência energética e o aumento para 20% de utilização de energias renováveis no total de energia consumida na UE, tendo como referência os valores de 1990.

Portugal como membro da UE está vinculado às normas emanadas destes acordos, sobretudo das que têm origem na UE. Com o objetivo de responder aos compromissos assumidos internacionalmente, nos últimos anos o país tem sido palco de uma intensa produção legislativa na área da energia. A legislação produzida tem-se revelado bastante transversal, abarcando áreas tão diversas como os edifícios¹, o trabalho², os transportes³ ou a administração pública⁴ (Ver ADENE, 2012). Estas leis traduzem o esforço do país em cumprir os compromissos assumidos internacionalmente na área da eficiência energética. Mas elas não comprometem os cidadãos individualmente, uma vez que o não cumprimento desses acordos não acarreta sanções formais, ou outras consequências diretas, para os cidadãos.

Neste sentido, torna-se importante que a psicologia social e ambiental desenvolvam uma melhor compreensão das relações que os indivíduos estabelecem com estas leis e das razões pelas quais lhes obedecem quando não existem sanções formais a elas associadas (Castro, 2012; Fernández-Dols, 2012). Desta forma, para que as leis - normas formais - cumpram a sua função elas terão de adquirir com o tempo também um

¹ Regulamento dos Sistemas Energéticos de Climatização em Edifícios; Decreto-Lei 80/2006, de 4 de Abril, Regulamento das Características de Comportamento Térmico dos Edifícios.

² Decreto-Lei n.º 71/2008; Portaria n.º 519/2008; Portaria n.º 228/90.

³ R.C.M. n.º 80/2008.

⁴ Programa de Eficiência Energética na Administração Pública Eco.AP.

O Valor Social de Crenças e Comportamentos de Eficiência Energética

caracter informal de regulação, transformando-se em normas informais. As normas passarão, assim, a exercer influência social sobre os indivíduos, uma vez que a sua violação acarretará sanções sociais e terá influência na gestão da auto-imagem e na relação com os outros. Neste contexto, a generalização das crenças e comportamentos que as leis preconizam ocorre através dos vários processos associados à influência social, como por exemplo o receio de se ser julgado negativamente pelos outros (Castro, 2012).

Contudo, a promulgação de novas leis muitas vezes é seguida por um período de transição (Castro & Bertoldo, 2012). Durante este período o valor social da lei já é positivo, i.e., já existe uma concordância genérica com as ideias que a lei promove; no entanto, subsiste uma tolerância social para com aqueles indivíduos que não adotam ainda os novos comportamentos defendidos pela lei. Por outras palavras, essa tolerância indica que a lei se encontra ainda num estado normativo imperfeito, ou seja, que o valor social atribuído à lei não se reflete totalmente na forma como as pessoas se apresentam e julgam os outros (Castro & Bertoldo, 2012).

Face a este cenário, e de forma a maximizar os efeitos das medidas adotadas a nível governamental e reduzir o consumo de energia, é fundamental conhecer que processos mantêm a distância entre o que as pessoas consideram correto e os seus comportamentos (Castro & Bertoldo, 2012).

O presente estudo pretendeu conhecer qual o valor social das leis específicas relacionadas com a conservação de energia. Para o conhecer, é importante verificar como são julgados os indivíduos que violam os comportamentos que a lei favorece, pois se eles não forem julgados negativamente isso significa que as leis (normas formais) ainda estão longe de se tornarem normas informais. Para estudar o julgamento e formação de impressões relativamente ao posicionamento dos indivíduos face às ideias e comportamentos que as leis promovem recorreu-se ao paradigma do hetero-julgamento (Gilibert & Cambon, 2003). De acordo com este, foi desenhado um estudo no qual alvos com diversos tipos de crenças e comportamentos face à conservação de energia eram apresentados aos participantes e depois julgados por estes. As avaliações foram expressas nas duas dimensões do julgamento social que a literatura considera as mais centrais – competência e cordialidade (Russell & Fiske, 2008). Através deste, pretendeu-se verificar como dois grupos diferentes - jovens e adultos - avaliam os indivíduos com diferentes perfis de crenças e comportamentos relativos à conservação

de energia. E que papéis desempenham nessa avaliação a “*Identidade Ecológica*” e a “*Preocupação com as Alterações Climáticas*”.

Na sequência dos objetivos do estudo, o enquadramento teórico começa, num primeiro capítulo, por analisar a inovação social através da introdução de novas leis, como elas surgem e em que condições se generalizam, de forma a passarem de normas formais para normas informais de regulação. O segundo capítulo analisa o papel das normas sociais enquanto elemento dos processos de influência social que condicionam a auto apresentação e o hetero-julgamento. Neste sentido, é ainda apresentado no interior deste capítulo uma descrição do paradigma utilizado no projeto para identificar o valor social de eventos normativos – o paradigma do hetero-julgamento; são ainda apresentados exemplos de estudos que se debruçaram sobre o valor social de crenças e comportamentos sustentáveis. O terceiro capítulo apresenta e explicita as dimensões sociais utilizadas para expressar esses mesmos julgamentos – competência e cordialidade. Tendo presente que o processo de gestão de impressões não é um processo isolado foram também considerados nesta análise o papel moderador das variáveis “*Identidade ecologia*” e “*Preocupação com as alterações climáticas*” no julgamento de alvos. Na sequência da revisão de literatura são apresentados os contributos do presente estudo para a compreensão do valor social de crenças e comportamentos sustentáveis em particular as crenças e comportamentos de eficiência energética e as hipóteses do estudo. De seguida são apresentados o método utilizado, os resultados a sua discussão e as conclusões.

II. Enquadramento Teórico

II.1. A Inovação Social através da Introdução de Novas Leis

Tendo em conta o papel das leis na inovação social, Castro (2012) propõe uma taxonomia para as leis de acordo com três critérios: o alvo a que se destinam, o contexto que pretendem regular e o nível em que operam. Assim, face ao **primeiro critério**, as leis podem vincular os cidadãos/grupos ou apenas os governos. No que diz respeito ao **contexto** que as leis atuam, estas podem ter como objetivo regular comportamentos da esfera privada ou da esfera pública. Quando considerado o **nível** a que as leis atuam, elas podem ter como alvo comportamentos individuais ou as relações entre grupos.

Esta taxonomia permite afirmar que as leis que têm como objetivo a redução do consumo de energia e aumento da eficiência energética - como as que derivam dos compromissos internacionais como o protocolo de Quioto ou a Estratégia Europeia para a Competitividade, Sustentabilidade e Segurança Energética - são leis da esfera privada (contexto) e que têm como alvos diretos os governos (alvo) mas que não poderão ser colocadas em prática sem a colaboração individual dos seus cidadãos (nível).

Para que as novas leis tenham sucesso elas devem passar a estar integradas na sociedade e traduzirem-se em crenças e em comportamentos dos seus cidadãos. Até que atinja essa última fase, a inovação com base na legislação atravessa um conjunto de etapas. A primeira etapa denominada **Aparecimento** ou **Emergência** – caracteriza-se pelo aparecimento, na sociedade, de uma nova ideia ou preocupação. Durante esta fase as ideias surgem entre as bases da sociedade e caminham no sentido do topo. Surgindo na comunidade novos discursos e novos valores que darão lugar a novas medidas de regulação da sociedade. Ou seja, a **institucionalização** desses valores. As novas ideias e valores serão traduzidos num conjunto de inovações legais, políticas e institucionais. Após esta fase dá-se lugar à **generalização**, onde essas leis são propostas à sociedade através de campanhas nos meios de comunicação e planos de implementação, no sentido de tornar a indicação prescritivas das leis em instrumentos que descrevam os comportamentos da comunidade. Quando os discursos imanados das novas leis e os comportamentos estiverem em sintonia observa-se a **estabilização** da lei. Esta fase reflete o estado normativo perfeito da lei onde não só as ideias sustentadas pela lei são partilhados por todos mas também os comportamentos que elas promovem (Castro, 2012).

Associadas às diferentes tipologias de leis atrás apresentadas poderão surgir diferentes formas de resistência. Essa resistência não se traduz necessariamente na oposição direta às leis (Castro & Batel, 2008). No caso das leis que vinculam diretamente os governos mas não os cidadãos e têm, simultaneamente, como alvo comportamentos da esfera privada, como as que promovem a conservação de energia, um tipo de resistência as estas leis é a prevalência de um hiato entre as ideias manifestadas e os comportamentos praticados (McRae, 2002; Barr, 2004; Félonneau & Becker, 2008, Castro, 2012, Castro & Bertoldo, 2012). Ou seja, apesar as ideias promovidas pela lei receberem apoio público, os comportamentos não traduzem esse apoio com a mesma clareza, observando-se na prática uma resistência à aplicação da lei. Esta inconsistência, entre as crenças e os comportamentos, reflete um estado normativo imperfeito. Caso a norma atingisse um estado normativo perfeito a extensão das normas formais (leis) para as normas informais (normas sociais) de regulação seria traduzida numa clara valorização social da norma (Castro, 2012; Castro & Bertoldo, 2012). Desta forma, o apoio à lei refletir-se-ia quer na auto apresentação como no hetero-julgamento, dado que os indivíduos tenderiam a apresentar crenças e comportamentos favoráveis à lei com o objetivo de serem julgados positivamente e simultaneamente recorreriam à norma derivada da lei para julgar as crenças e os comportamentos manifestados pelos outros (Alves & Correia, 2008; Castro & Bertoldo, 2012; Dubois & Beauvois, 2005; Gilibert & Combon, 2003; Jellison & Green, 1981). Isto significa que é necessário pensar em como se situa a formação de normas no contexto dos processos de influência social.

Assim, no próximo capítulo é apresentado o conceito de norma social enquanto processo de influência social, bem com as diferentes abordagens presentes na literatura sobre este tema.

II.2. As Normas Sociais Enquanto Processos de Influência Social

II.2.1 Processos de Influência Social

A influência social é um dos temas centrais da Psicologia Social. Neste campos são marcos da Psicologia Social os estudos desenvolvidos por Sherif (1935, 1936) sobre a normalização e por Asch (1955, 1956) sobre conformismo, por Milgram (1963) sobre a influência da autoridade ou por Moscovici (Faucheux & Moscovici, 1967) sobre a influência das minorias ou inovação. De acordo com Secord e Backman

(1964, citado por Garcia-Marques, 1997) a influência Social é um fenómeno que ocorre quando “as ações de uma pessoa são condição para as ações de outra” (p. 202). Sendo que esta influência poderá ser real ou imaginada (Garcia-Marques, 1997).

Embora a definição de Secord e Backman (1964, citado por Garcia-Marques, 1997), numa primeira leitura, comunique uma conceção simplificada do fenómeno de influência social, desde a sua origem que os estudos sobre o tema têm revelado que este não é um processo unitário, mas sim um fenómeno complexo onde será possível identificar diferentes processos das quais se destacam a normalização, o conformismo, a obediência e a inovação.

Para compreender os processos de influência social é tão importante saber quais os motivos que levam o agente a exercer pressão no sentido de obter influência sobre o outro ou outros, como as razões que levam o alvo a submeter-se à influência social. Do ponto de vista do alvo, Cialdini (Cialdini & Trost, 1998; Cialdini & Goldstein, 2004) resumiu, a partir da literatura, três grandes razões para a aceitação da influência social por parte do alvo. A primeira razão apresentada prende-se com a necessidade de atingir determinados objetivos, ou seja, as pessoas são motivadas a tomar decisões que as levam a atingir os objetivos que pretendem. A segunda razão prende-se com a necessidade de construir e manter relações sociais, isto é, a necessidade de reproduzir comportamentos que acreditam que os outros irão aprovar, para também serem aprovados. Por último, a necessidade de manter uma avaliação positiva de si mesmo e sentir-se bem consigo próprio, neste caso a necessidade de gerir o autoconceito (Cialdini & Trost, 1998; Cialdini & Goldstein, 2004). Entre os processos que têm sido estudados no âmbito da influência social, nos últimos anos, têm-se destacado os estudos que pretendem aferir o impacto das normas sociais percebidas na mudança e manutenção de comportamentos (ver Pereira & Costa-Lopes, 2012). Por esse motivo a abordagem das normas sociais tem sido aplicada em diversas problemáticas sociais.

É nesta linha que se enquadra o presente projeto de investigação, uma vez que se pretende aprofundar os conhecimentos sobre influência social, nomeadamente os efeitos da norma social sobre o hetero-julgamento. No pressuposto que as pessoas tenderão a recorrer ao que consideram normativo e socialmente valorizado para julgar/avaliar os outros (Gillibert & Cambon, 2003). Neste sentido, o sub-capítulo seguinte pretende explorar o conceito de norma social e as diferentes abordagens aplicadas ao seu estudo.

II.2.2 *As Normas Sociais*

Normas sociais são regras e *standards* que são compreendidos pelos membros de um grupo e que guiam e/ou condicionam o comportamento social sem a força das leis, podendo ser explícitas ou implícitas (Cialdini & Trost, 1998, p. 152). As normas sociais podem ter origem na interação com os outros (Cialdini & Trost, 1998; Dubois, 2003) ou em leis e regulamentos produzidos no âmbito da esfera político-legal (Castro, 2012; Fernández-Dols, 2012; Stern, 2000) que por força das instituições na qual têm origem e/ou campanhas de comunicação podem adquirir um carácter informal de regulação (Castro, 2012). O desvio às normas estabelecidas será sancionado pela rede social a que o indivíduo pertence. No caso das normas sociais com origem no sistema formal, as sanções sociais poderão também estar associadas a sanções legais (Castro, 2012; Fernández-Dols, 2012).

Vários autores têm sublinhado a importância das normas sociais na mudança e adoção de novos comportamentos. Na área da saúde, esta abordagem sobre as normas sociais ganhou maior destaque após os estudos de Berkowitz (Berkowitz, 1997, Berkowitz & Perkins, 1986) sobre alcoolismo entre estudantes universitários. No âmbito da sustentabilidade, as normas sociais têm também ganho notoriedade através dos estudos desenvolvidos por Cialdini e seus colegas nomeadamente através dos estudos ligados ao consumo de energia (Goldstein, Cialdini & Griskevicius, 2008; Schultz, Nolan, Cialdini, Goldstein & Griskevicius, 2007), à reciclagem (Schultz, 1999), à poluição de zonas públicas (Cialdini, Kallgren & Reno, 1991; Cialdini, Reno & Kallgren, 1990; Kallgren, Reno & Cialdini, 2000; Reno, Cialdini & Kallgren, 1993) ou proteção de zonas de reserva natural (Cialdini, Demaine, Sagarin, Barrett, Rhoads & Winter, 2006).

No início dos anos 90, Cialdini, Reno e Kallgren (1991), através de um conjunto de estudos sobre a redução de lixo em locais públicos, vieram introduzir a Teoria Focal da Conduta Normativa. De acordo com esta teoria, as normas sociais dividem-se em normas prescritivas e normas descritivas. As normas prescritivas dizem respeito ao que é geralmente aprovado ou desaprovado socialmente, isto é, referem-se ao que as pessoas percebem como o que a maioria entende por correto ou incorreto. A violação dessas normas pode implicar uma punição social. Já as normas descritivas referem-se ao que é praticado pela maioria. Estas normas dão informação às pessoas sobre os comportamentos adotados pela maioria num determinado contexto indicando o

que é habitual. Em suma, as normas prescritivas motivam através da recompensa/punição e as normas descritivas motivam através do exemplo. No decorrer dos seus estudos os autores concluíram que as normas têm um claro impacto no comportamento das pessoas, no entanto para que elas operem é necessário que essas normas estejam salientes no momento em que os sujeitos tomam as suas decisões, seja ela a norma descritiva, a norma prescritiva ou ambas. Essa saliência pode ser ativada pela situação (ex: enquadramento da mensagem) ou por fatores individuais (ex: forte apoio pessoal a uma determina norma).

Dez anos mais tarde, os mesmos autores (Kallgreen, Reno & Cialdini, 2000) desenvolveram novos estudos no sentido de estudar o papel das normas prescritivas na generalização de comportamentos socialmente desejáveis. Os resultados indicaram que a introdução de mensagens normativas com caracter prescritivo em campanhas de comunicação poderá ser eficaz na adoção de novos comportamentos. No entanto, tal como nos estudos anteriores, os autores verificaram que para a norma social ser eficaz ela terá de estar saliente no momento da tomada de decisão (Cialdini, 2003; Cialdini *et al.*, 2006; Oceja & Berenguer, 2009).

Schultz e colegas (2007) constataram através de um estudo sobre consumo de energia que também as normas prescritivas têm efeito na mudança de comportamentos, neste caso na manutenção de comportamentos de conservação de energia. Apesar destes e outros estudos terem indicado que as normas (prescritivas e/ou descritivas) têm efetivamente impacte nos comportamentos (Schultz *et al.*, 2007; Cialdini *et al.*, 2006; Cialdini, 2003, Göckeritz *et al.*, 2009), essa influência nem sempre é consciente, uma vez que os indivíduos têm dificuldade em reconhecer o impacte das crenças e comportamentos dos outros no seu próprio comportamento (Nolan *et al.*, 2008).

Paralelamente aos estudos desenvolvidos por Cialdini e seus colegas (Cialdini, Reno & Kallgren, 1991; Goldstein, Cialdini & Griskevicious, 2008), Dubois (1994, 2003, Dubois & Beauvois, 2005) têm desenvolvido a Abordagem Sociocognitiva das Normas. De acordo com esta abordagem as normas sociais são “eventos (comportamentos ou julgamentos)” (p. 9) que são valorizados socialmente dentro de um grupo ou sociedade. Neste contexto, a abordagem sociocognitiva distancia-se conceptualmente da ideia de frequência, embora os eventos valorizados também possam ser os mais frequentes. Por outras palavras, a Abordagem Sociocognitiva das Normas distingue-se na Teoria Focal da Conduta Normativa, na medida em que de acordo com a

primeira as normas descritivas incluem também informação de natureza prescritiva. Uma vez que transportam a ideia de que se esse comportamento ou julgamento prevalece é porque de alguma forma têm valor social. Na Abordagem Sociocognitiva, o conceito de norma evoca a ideia de desejabilidade social, uma vez que o valor social de um evento ou situação é transferido para o indivíduo que o reproduz (Dubois, 1994, 2003; Dubois & Beauvois, 2005). Os indivíduos tenderão, deste modo, a adotar ou replicar comportamentos e/ou ideias que possam contribuir para a sua valorização social. Desta forma, os comportamentos e as ideias normativas são adotados e replicados porque são valorizadas socialmente (Dubois, 2003), o que dá destaque ao carácter prescritivo da norma.

Em suma, para a Abordagem Sociocognitiva das Normas, o conceito de norma não se centra no comportamento ou ideia percebida como mais frequente (norma descritiva) ou percebida como socialmente mais correta (norma prescritiva) como está subjacente nos estudos desenvolvidos por Cialdini e colegas (Kallgreen, Reno & Cialdini, 2000; Cialdini, Reno & Kallgren, 1991), mas sim no que é socialmente valorizado (Dubois e Beauvois, 2005; Jellison & Green, 1981; Gilibert & Cambon, 2003). Neste sentido, ao analisarmos o valor social de um evento (comportamento ou julgamento) é possível perceber se este é normativo ou não, ou seja, se é socialmente valorizado. Os eventos (comportamentos ou julgamentos) normativos serão julgados positivamente, em contrapartida, os desvios à norma serão julgados negativamente.

Considerando a importância do hetero-julgamento para o estudo do valor social da norma (Gilibert & Cambon, 2003; Alves, & Correia, 2008) o subcapítulo seguinte tem como objetivo apresentar o paradigma do hetero-julgamento.

II.2.3 O Hetero-Julgamento

Gilibert e Cambon (2003) sintetizam um conjunto de trabalhos realizados no âmbito da abordagem sociocognitiva das normas e apresentam os três paradigmas que têm sido mais usados para analisar o valor social das normas: o paradigma da auto-apresentação; da identificação e do hetero-julgamento.

O **paradigma da autoapresentação** é baseada na premissa que os indivíduos darão respostas pró-normativas quando solicitados para dar uma boa imagem de si, de forma a ganhar aprovação social. O **paradigma da identificação** tem por base o princípio de que os indivíduos tenderão a descrever-se mais positivamente comparativamente a outro indivíduo médio ou padrão. Relativamente ao **paradigma do**

hetero-julgamento, o sujeito assume o papel de avaliador. É-lhe pedido que avalie um alvo com base em ideias e/ou comportamentos pró ou contra normativos demonstrados pelo alvo. Este paradigma irá confirmar que valores sociais são atribuídos aos eventos pró ou contra normativos. O paradigma do hetero-julgamento leva o indivíduo a avaliar o alvo do ponto de vista do coletivo, o que o torna o mais apropriado para identificar fenómenos normativos (Gilibert & Cambon, 2003). O valor social atribuído a esses fenómenos condicionará a gestão de impressões que os indivíduos constantemente fazem no sentido de dar uma boa imagem de si e também a forma como julgam os outros (Sadalla & Krull, 1995; Gilibert & Cambon, 2003).

Na literatura são vários os exemplos de estudos que têm como objetivo identificar o valor social de comportamentos e ideias normativas recorrendo a este ou variações deste paradigma (ver Gilibert & Cambon, 2003). Um dos primeiros exemplos da aplicação do paradigma do hetero-julgamento está presente nos estudos desenvolvidos por Jellison e Green (1981) sobre a norma da internalidade. Os autores verificaram que os indivíduos que expressavam atribuições causais internas eram avaliados mais positivamente do que os que expressavam atribuições causais externas. Mais recentemente Alves e Correia (2008), num estudo sobre a expressão da normatividade da Crença no Mundo Justo (CMJ) constataram que os indivíduos que expressavam uma elevada CMJ eram avaliados mais positivamente do que os indivíduos que expressavam uma baixa CMJ. Indicando que, pelo menos entre os grupos estudados, quer a internalidade quer a CMJ seriam ideias normativas socialmente valorizadas. Também na área do ambiente observam-se vários estudos sobre a aplicação deste paradigma (ou variações dele) com o objetivo de conhecer o valor social comportamentos ou de crenças e comportamentos pró-ambientais. O subcapítulo seguinte tem como objetivo apresentar esses exemplos.

II.2.4 O Valor Social de Crenças e Comportamentos Sustentáveis

Nos anos 90, Sadalla e Krull (1995) realizam um conjunto de estudos - quatro - com o objetivo de analisar a influência dos comportamentos de conservação de energia e reciclagem, na perceção do estatuto social. Nos três primeiros estudos os autores recorreram a uma metodologia numa variação do paradigma do hetero-julgamento - a técnica da “lista de compras” (Haire’s, 1950 citado por Sadalla & Krull, 1995). Os participantes, divididos em dois grupos, eram convidados a avaliar

O Valor Social de Crenças e Comportamentos de Eficiência Energética

alvos com base numa lista de tarefas. Este incluía ou um comportamento sustentável de conservação de energia (como secar a roupa no estendal) ou um comportamento de gasto de energia (recorrer à máquina de secar) (Estudo 1); utilizar transportes públicos ou recorrer ao automóvel particular (Estudo 2); fazer a separação do lixo ou não (Estudo 3). Através da avaliação que os participantes fizeram do alvo verificou-se que os alvos que tinham na sua lista de tarefas comportamentos sustentáveis eram avaliados como tendo um estatuto social baixo. Por outro lado, os alvos que tinham entre a sua lista de tarefas comportamentos não sustentáveis eram avaliados como tendo um elevado estatuto social. Num último estudo (Estudo 4), os investigadores verificaram ainda que, quando os participantes pretendiam comunicar um estatuto social elevado, os comportamentos de conservação de energia ou de reciclagem eram avaliados como inapropriados. Os resultados permitiram concluir que os comportamentos sustentáveis prejudicavam a gestão de impressões o que poderia dificultar a generalização desses comportamentos. Mais recentemente, Welte e Anastasio (2010) através de estudos que pretendiam verificar se os resultados encontrados por Sadalla e Krull (1995) ainda se mantinham 15 anos depois, apuraram, também através de uma variação do paradigma do hetero-julgamento, que a associação entre o baixo estatuto social e a separação do lixo já não estava presente nos julgamentos. Mas o mesmo não se verifica relativamente aos comportamentos de eficiência energética, já que comportamentos como a utilização de transportes públicos e utilização de estendal foram associados a baixo estatuto económico por 85% e 48% dos participantes respetivamente.

Tanto Sadalla e Krull (1995) como Welte e Anastasio (2010) debruçaram-se sobre comportamentos de poupança (utilização de transportes públicos, recurso ao estendal, separação do lixo ou compostagem) para verificar o valor social de comportamentos pró-ambientais. No entanto, também os comportamentos de consumo/compra sustentável são sujeitos ao hetero-julgamento e estão presentes na gestão do auto-conceito. Neste contexto, os estudos desenvolvidos por Giskevicius, Tybur e Van den Bergh (2010), permitiram verificar que as pessoas tenderiam a comprar produtos amigos do ambiente, ainda que mais caros, quando pretendiam manter entre os seus pares um elevado estatuto socioeconómico e uma imagem de altruísmo. Mas, a compra de produtos amigos do ambiente diminuía significativamente quando essas compras eram realizadas em contexto privado (on-line) onde os comportamentos não eram observados por outros. O que evidencia a instrumentalização da compra de produtos amigos do ambiente na gestão da auto-imagem. Estes dados

poderão indicar que alguns comportamentos como a separação do lixo ou compra de produtos “amigos” do ambiente estarão a ganhar um carácter normativo com valor social positivo. No entanto, nenhum dos estudos relatados nos dá informação sobre como são avaliados os indivíduos que além de comportamentos também manifestam crenças e atitudes a favor ou contra a proteção do ambiente. Ou seja, são estudos baseados apenas em comportamentos

Os estudos desenvolvidos por Félonneau e Becker (2008) e por Castro e Bertoldo (2012) permitem obter informações sobre esta questão. No primeiro caso, Félonneau e Becker (2008) realizam, recorrendo ao paradigma da autoapresentação, dois estudos. No primeiro estudo os investigadores tinham como objetivo conhecer grau de adesão às normas pró-ambientais. Para isso Félonneau e Becker solicitaram aos participantes que indicassem as suas atitudes/opiniões e comportamentos pró-ambientais respondendo a um questionário. De seguida eram convidados a responder ao mesmo questionário, mas desta vez tentando dar uma “boa imagem de si” (instrução pró-normativa). Quando solicitados a dar uma “boa imagem” de si, os participantes recorriam a atitudes/opiniões e comportamentos pró-ambientais, indicando que estão conscientes do valor social dessas atitudes/opiniões e comportamentos. Os resultados permitiram verificar também que a adesão à norma era maior entre as atitudes do que entre os comportamentos, uma vez que os participantes apresentavam *scores* médios mais elevados nas atitudes/opiniões pró-ambientais do que nos comportamentos.

Com o objetivo de replicar o primeiro estudo e também analisar até que ponto essas normas eram claramente percebidas pelas pessoas, os investigadores (Félonneau & Becker, 2008) realizaram um segundo estudo. Também recorrendo ao paradigma da auto-apresentação, os participantes foram convidados, através de um questionário, a dar a sua opinião e a declarar os seus comportamentos ambientais. De seguida foram convidados a responder ao questionário de forma a dar uma boa imagem de si (instrução pró-normativa) e a responder de forma a dar uma má imagem de si (instrução contra-normativa). A diferença entre os resultados da instrução pró-normativa e os resultados da instrução contra-normativa, permitiram confirmar que a existência de uma norma pró-ambiental era clara entre os participantes e que ela tinha um valor social positivo. No entanto, os autores concluíram também que, a evidência, entre os participantes, de que as normas pró-ambientais existiam não estava (ou estava muito pouco) relacionada com a adesão a essas mesmas normas. Ou seja, os resultados indicam a existência de um hiato entre a norma percebida e o comportamento.

Esses resultados são suportados por dois estudos desenvolvidos por Castro e Bertoldo (2012) em Portugal. No primeiro estudo, recorrendo também ao paradigma da auto-apresentação, os participantes eram convidados a preencher um questionário no âmbito de um processo de seleção e recrutamento. Nesse questionário teriam de dar uma “boa imagem” de si (instrução pró-normativa) ou uma “má imagem” de si (instrução contra-normativa) e por fim a sua opinião sincera (instrução *standard*) sobre as suas crenças-attitudes e comportamentos ambientais. No entanto, neste caso os participantes teriam que ter em conta, na sua auto-apresentação, o facto de se apresentarem para um Instituto Ambiental (contexto a favor da proteção do ambiente) ou uma Fabrica de Cimento (contexto contra a proteção do ambiente). Os resultados indicaram que os participantes mantinham uma inconsistência entre crenças-attitudes e os comportamentos, mesmo quando solicitados a dar uma “boa imagem” de si.

No segundo estudo, recorrendo ao paradigma do hetero-julgamento, foi pedido aos participantes que avaliassem alvos em função das crenças e comportamentos pró-ambientais presentes num questionário pré-preenchido que lhes foi entregue. O questionário refletia três perfis diferentes: pró-conservação (elevado nível de crenças e comportamentos pró-conservação); inconsistente (elevado nível de crenças e baixo nível de comportamentos pró-conservação) e anti-conservação (baixo nível de crenças e comportamentos pró-conservação). Os julgamentos dos alvos foram expressos nas duas principais dimensões do julgamento social – a competência e a cordialidade (Fiske, Cuddy & Glick, 2007) que o Modelo do Conteúdo dos Estereótipos destaca como os mais centrais. Os resultados do estudo indicaram que os alvos com perfil pró-conservação do ambiente foram avaliados como competentes e cordiais e receberam uma avaliação da impressão global positiva, ou seja, refletem o valor social positivo das crenças e comportamentos pró-ambientais. Os alvos anti-conservação de energia foram avaliados como incompetentes e não cordiais e receberam uma avaliação negativa na impressão global indicando uma desvalorização social. Os alvos inconsistentes com crenças pró-conservação mas comportamentos anti-conservação obtiveram uma avaliação global semelhante ao ponto médio da escala, quer em relação à competência, à cordialidade como à impressão global. Estes resultados revelam que as crenças e comportamentos ambientais adquiriram um valor social positivo. Revelam também uma tolerância para com os que apesar de manifestar crenças pró-ambientais não os colocam prática.

Em suma, podemos concluir destes estudos que os comportamentos e as atitudes-crenças relacionados com a proteção do ambiente têm vindo a ganhar valor social positivo na sociedade, estando presentes na forma como as pessoas se apresentam e nas avaliações que fazem dos outros. No entanto, essa valorização ainda não é dominante, ou seja não reflete uma estado normativo perfeito, na medida em que alguns comportamentos sustentáveis como o recurso ao transporte público e a utilização de estendais para secar a roupa estão associados a baixo estatuto social (Welte & Anastasio, 2010). Verifica-se também uma tolerância para com os que manifestam crenças pró-ambientais mas não os colocam em prática uma vez que estes não são socialmente penalizados (Félonneau & Becker 2008; Castro, & Bertoldo, 2012).

Como foi possível verificar através dos estudos apresentados, o julgamento social é uma importante forma para conhecer o valor social atribuído a determinadas crenças e comportamentos. Neste contexto, o capítulo seguinte apresenta de forma detalhada as duas dimensões, consideradas como as mais centrais no julgamento social: a competência e a cordialidade (Fiske, Cuddy & Glick, 2007).

II.3. Competência e Cordialidade

De acordo com Modelo do Conteúdo dos Estereótipos, a competência e a cordialidade são as duas dimensões mais centrais no julgamento social. Uma vez que quando as pessoas interpretam o comportamento ou a sua impressão sobre os outros, são estas as duas dimensões que mais contribuem para os caracterizar. A dimensão competência congrega um conjunto de traços relacionados com a habilidade percebida, ou seja a capacidade intelectual de realizar tarefas. Neste contexto, pertencem a esta dimensão traços como inteligência, criatividade, capacidade ou eficácia. A dimensão cordialidade agrupa um conjunto de traços relacionados com a intenção percebida, nomeadamente sinceridade, confiança, cordialidade, tolerância ou sociabilidade (Fiske, Cuddy, & Glick, 2007; Russel, & Fiske, 2008; Fiske, Xu, Cuddy & Glick, 1999). A combinação entre a avaliação da competência e da cordialidade terá consequências na forma como as pessoas vêm e se relacionam com os outros. Os indivíduos avaliados como competentes e cordiais serão vistos com admiração. Por sua vez, os indivíduos avaliados como incompetentes e não cordiais geram desprezo. Os indivíduos avaliados como cordiais mas incompetentes serão vistos com pena e, por último, os indivíduos avaliados como competentes mas não cordiais serão vistos com inveja. Estas duas dimensões além de ocuparem um lugar central no julgamento social, têm um caracter

universal uma vez que estão presentes em quase todas as sociedades. De acordo com o Modelo do Conteúdo dos Estereótipos é a dimensão da cordialidade que mais pesa no julgamento social e a que mais prediz a avaliação da impressão global. Por outro lado, a avaliação do estatuto social tem por base a competência percebida (Fiske, Cuddy & Glick, 2006; Russel & Fiske, 2008). As pessoas assumem que o estatuto social está associado ao nível da competência. Ou seja, os indivíduos percebidos como tendo um elevado estatuto social são avaliados como mais competentes e os indivíduos percebidos como baixo estatuto social são avaliados como menos competentes. De facto, Dubois e Beauvois (2005, Beauvois, 2003) indicam que os indivíduos socialmente mais valorizados são avaliados como mais competentes que cordiais. De acordo com os autores é a competência que mais pesa na determinação do valor social.

A centralidade e o carácter universal destas duas dimensões, são assim importantes para avaliar o valor social de um indivíduo e o estatuto social percebido.

II.4.O Papel Moderador da “Identidade Ecológica” e da “Preocupação com as Alterações Climáticas”

Quando internalizadas, as normas sociais passam a normas pessoais (Bertoldo, & Castro, 2012; Thøgersen, 2006), desta forma integram o autoconceito do indivíduo definindo também a sua identidade (Bertoldo & Castro, 2012; Schwartz, 1973, 1977 citado por Minton & Rose, 1997). No caso das normas pró-ambientais quando internalizadas passam a definir a identidade ecológica do indivíduo (Castro, Garrido, Reis & Menezes, 2009; Whitmarsh & O’Neill, 2010). Vários estudos têm demonstrado a importância da identidade como preditor de comportamentos ou intenção de comportamentos (ver Terry, Hogg & White, 1999). O mesmo se verifica no caso dos comportamentos sustentáveis, ou seja a identidade ecológica tem-se revelado preditor de intenções e comportamentos sustentáveis (Castro *et al.*, 2009; Whitmarsh, & O’Neill, 2010, Terry, Hogg & White, 1999). Pelo que é de esperar que a “*Identidade Ecológica*” também tenha impacto na forma como as pessoas julgam os outros na área da eficiência energética. Desta forma, os indivíduos com elevada “*Identidade Ecológica*” tenderão a ser mais exigentes na sua avaliação, ou seja, atribuirão maior valor social aos indivíduos que manifestem crenças e comportamentos pró-conservação em oposição aos indivíduos que manifestem crenças e comportamentos anti-conservação.

Também a preocupação com as questões ambientais tem sido estudada no sentido de se averiguar em que medida esta variável influencia os comportamentos

sustentáveis. Os estudos têm indicado uma relação fraca ou moderada entre a preocupação com as questões ambientais e os comportamentos sustentáveis (Bamberg, 2003). O que poderá indicar a existência de múltiplos fatores na relação entre estas duas variáveis (Stern, 2000). Bamberg (2003), por exemplo, apresenta resultados indicando que a preocupação com as questões ambientais tem maior capacidade de prever a intenção de comportamentos pró-ambientais específicos como a eficiência energética em vez de comportamentos mais gerais. Milton e Rose (1997) também encontraram evidências de que a preocupação com as questões ambientais tem impacto na escolha de produtos, na procura de informação, nos comportamentos de reciclagem embora não na intenção de compra de produtos seguros para o ambiente. Desta forma, é importante analisar em que medida a preocupação com as questões ambientais influencia os julgamentos de crenças e comportamentos sustentáveis, em particular questões mais específicas como crenças e comportamentos de eficiência energética, uma vez que, como referido anteriormente, a preocupação com as questões ambientais têm maior impacto em comportamentos específicos (Bamberg, 2003).

II.5. Contribuição do Estudo para a Compreensão do Valor Social de Crenças e Comportamentos de Eficiência Energética

Na sequência da análise dos estudos sobre o valor social das crenças-atitudes e comportamentos de conservação do ambiente várias foram as questões levantadas. Neste sentido, o presente estudo pretende contribuir para uma melhor compreensão do valor social atribuído às crenças e comportamentos de eficiência energética, tentando responder a essas questões.

Como já foi referido, os estudos realizados nos Estados Unidos da América têm demonstrado que os comportamentos sustentáveis de conservação de energia estão associados a baixo estatuto social, no entanto esta associação tem vindo a diminuir (Sadalla & Krull, 1995; Welte & Anastasio, 2010). Na Europa, alguns resultados têm indicado que os alvos com crenças e comportamentos pró-conservação do ambiente, que incluem comportamentos de conservação de energia, são avaliados positivamente, e os alvos com crenças e comportamentos anti-conservação são avaliados negativamente, (Félonneau & Becker, 2008; Castro & Bertoldo, 2012). Estes resultados indicam que, pelo menos na Europa, as crenças e comportamentos pró-ambientais têm vindo a ganhar valor social. No entanto, não nos é possível saber se essa valorização social positiva se mantém quando são apresentados apenas comportamentos pró e anti-conservação do

ambiente, pois os estudos realizados (Félonneau & Becker, 2008; Castro & Bertoldo, 2012) debruçam-se apenas sobre alvos que apresentam simultaneamente crenças e comportamentos. Neste contexto, o presente estudo pretende avaliar até que ponto as crenças são importantes na formação de impressões ou se apenas a apresentação de comportamentos pró-ambientais é suficiente para que as pessoas sejam positivamente avaliadas.

Verificou-se ainda, tanto nos estudos realizados por Félonneau e Becker (2008) como nos estudos realizados por Castro e Bertoldo, (2012) a existência de uma tolerância para com os indivíduos que manifestam inconsistência entre as atitudes-crenças e os comportamentos pró-ambientais. Ou seja, os alvos inconsistentes com atitudes-crenças pró-ambientais mas comportamentos não sustentáveis foram julgados mais favoravelmente do que os indivíduos consistentes com crenças e comportamentos não sustentáveis. O que indica que a simples manifestação de crenças pró-ambientais, mesmo que não acompanhados de comportamentos que validassem essas crenças foi suficiente para não serem sancionados socialmente. Assim, levanta-se a questão se essa tolerância se mantém no caso de comportamentos pró-ambientais mais específicos como os comportamentos de eficiência energética. Na tentativa de contribuir para responder a esta questão, o presente estudo debruçar-se-á especificamente sobre as crenças e comportamentos de conservação de energia.

Também pretendemos estudar o efeito moderador de algumas variáveis no julgamento dos diferentes perfis de crenças e comportamentos de conservação de energia. Como já foi referido, tanto a “*Identidade Ecológica*” como a “*Preocupação com as Alterações Climáticas*” revelam ter, de alguma forma, impacte nos comportamentos pró-ambientais (Castro *et al.*, 2009; Whitmarsh, & O’Neill, 2010, Terry, Hogg & White, 1999; Stern, 2000; Bamberg, 2003; Milton & Rose, 1997). Neste sentido, pretendemos avaliar se essa influência também está presente nos julgamentos de crenças e comportamentos de eficiência energética.

Por fim, verificamos que todos os estudos que pretendem avaliar o valor social das crenças-attitudes e comportamentos pró-ambientais têm por base participantes com características muito semelhantes – jovens estudantes universitários. Tal como referem Félonneau e Becker (2008) é importante perceber se estes resultados se mantêm em grupos com outras características, na medida em que alguns estudos (Félonneau & Becker, 2008 citando Dunlap *et al.*, 2000) têm indicado que os jovens manifestam maior preocupação com o ambiente do que os adultos. De facto, há evidências de que

O Valor Social de Crenças e Comportamentos de Eficiência Energética

existe uma associação negativa entre as atitudes pró-ambientais e a idade (Diamantopoulos, Schlegelmilch, Sinkovics & Bohlen, 2003; Dietz, Stern & Guagnano, 1998). Os resultados obtidos em Portugal revelam a mesma tendência (Schmidt, Trüninguer & Valente, 2004; Schmidt *et al.*, 2011). Ou seja, são os mais novos que estão mais preocupados com as questões ambientais. Deste modo, é importante verificar se os padrões encontrados na literatura dos jovens se mantêm nos adultos, quando aplicados ao julgamento de crenças e comportamentos sustentáveis, relacionados com conservação de energia. Neste sentido, para o presente estudo, serão considerados dois grupos - jovens e adultos - de forma a ser possível fazer uma análise comparativa dos resultados que permita verificar até que ponto jovens e adultos atribuem, ou não, o mesmo valor social a crenças e comportamentos de conservação de energia.

III. Método

III.1. Procedimentos

III.1.1 Jovens

Os participantes, que se encontravam em sala de aula, foram convidados a cooperar num estudo sobre formação de impressões. A todos foi pedido que analisassem com cuidado um questionário pré-preenchido por um (hipotético) novo colega de turma e que com base no questionário respondessem a um conjunto de questões colocadas sobre o novo colega que iria chegar.

III.1.2 Adultos

No caso dos adultos os participantes encontravam-se numa sala de aulas no âmbito de cursos de formação para adultos e, à semelhança dos jovens, foram convidados a cooperar num estudo sobre formação de impressões. Foi-lhes pedido que analisassem com cuidado um questionário pré-preenchido, por um (hipotético) novo colega de trabalho que iria chegar e que respondessem a todas as perguntas solicitadas.

A aplicação dos questionários, tanto entre os participantes jovens como entre os adultos, foi acompanhada por um investigador de forma a esclarecer todas as questões levantadas pelos participantes durante o estudo.

III.2. Instrumento

Os questionários, distribuídos aleatoriamente pelos participantes, refletiam 5 perfis diferentes: 3 perfis de combinações crenças/comportamentos face à eficiência energética e 2 perfis que apenas informavam sobre os comportamentos dos alvos, ou seja sem informação sobre as crenças (ver Anexo I e II). As diferenças no perfil dos alvos foram realçadas, junto dos participantes, através da identificação de cada conjunto de itens com os rótulos “*Ideias*” e “*Comportamentos*”. Como já foi referido, em alguns casos os hipotéticos questionários apenas continham informações sobre os comportamentos.

A combinação das respostas de cada conjunto de perguntas - ideias e comportamentos - refletia os seguintes perfis de alvos face à eficiência energética:

1. Perfis consistentes:

- a. Pró-conservação (crenças e comportamentos pró- conservação de energia);

- b. Anti-conservação (crenças e comportamentos anti-conservação de energia);

2. Perfil inconsistente:

- a. Crenças pró-conservação e comportamentos anti-conservação;

3. Perfis sem indicação das crenças:

- a. Comportamentos pró-conservação;
- b. Comportamentos anti-conservação.

Para avaliar os alvos, os questionários continham um conjunto de traços de competência e cordialidade de acordo com a proposta de Fiske, Cuddy, e Glick (2007). Foi pedido aos participantes que indicassem em que medida esses traços descreviam o hipotético futuro colega de escola/trabalho de acordo com uma escala de 7 pontos em que 1 correspondia a “*Nada característico*” e 7 a “*Muito característico*”. Além da caracterização do alvo os participantes teriam que avaliar a impressão global com que ficaram do novo colega (1 - *Extremamente negativa* a 7 - *Extremamente positiva*).

No final do questionário, os participantes eram ainda solicitados a dar a sua opinião pessoal sobre diferentes questões relacionadas com a “*Preocupação com as Alterações Climáticas*” e “*Identidade Ecológica*”.

Para validar o efeito da manipulação dos perfis foram introduzidas no questionário duas perguntas questionando os participantes em que medida consideravam que o alvo tinha ideais e comportamentos pró-ecológicas.

Para controlar o efeito de género do alvo na avaliação, para todos os perfis foi distribuído igual número de questionários com alvos do sexo feminino e masculino.

III.3. Participantes

III.3.1 Jovens

Participaram no estudo 126 alunos do 11º ano do ensino secundário de uma escola pública de Lisboa. A média de idades dos participantes jovens era de 16,3 anos ($DP=1,5$), a maioria do sexo feminino (53%).

A *Tabela III.1* reflete a distribuição dos participantes jovens em função das diferentes condições do estudo.

Tabela III.1. Distribuição dos participantes jovens pelas diferentes condições do estudo

Perfil Energético dos alvos	Sexo do alvo	N	Total
Consistente pró-conservação	Masculino	12	29
	Feminino	17	
Comport. pró-conservação	Masculino	12	27
	Feminino	15	
Inconsistente - crenças pró-cons/comport anti-cons	Masculino	10	20
	Feminino	10	
Comport. anti-conservação	Masculino	12	23
	Feminino	11	
Consistente anti-conservação	Masculino	13	27
	Feminino	14	
Total			126

III.3.2 Adultos

Entre os adultos participaram no estudo 119 formandos de um centro de formação para adultos. A média de idade dos participantes adultos era de 37,8 anos ($DP=8,7$). À semelhança dos participantes jovens, também entre os adultos a maioria era do sexo feminino (63%). Os 119 participantes adultos estão distribuídos pelas diferentes condições de acordo com a Tabela III.2.

Tabela III.2. Distribuição dos participantes adultos pelas diferentes condições do estudo

Perfil Energético dos alvos	Sexo do alvo	N	Total
Consistente pró-conservação	Masculino	13	26
	Feminino	13	
Comport. pró-conservação	Masculino	10	25
	Feminino	15	
Inconsistente - crenças pró-cons/comport anti-cons	Masculino	11	22
	Feminino	11	
Comport. anti-conservação	Masculino	13	24
	Feminino	11	
Consistente anti-conservação	Masculino	10	22
	Feminino	12	
Total			119

III.4. Variáveis

A partir da avaliação que os participantes do estudo fizeram dos diferentes alvos foram criadas variáveis compostas com objetivo de obter índices. Nos pontos que se seguem, são apresentados a composição de cada um dos índices e a consistência interna do grupo de variáveis que entram para o cálculo desses índices.

- O “Índice de competência” trata-se de uma variável composta pela média das avaliações atribuídas aos traços: competente, inteligente e capaz. Os itens que

compõem o “Índice de competência” apresentam uma excelente consistência interna ($\alpha=,91$);

- O “**Índice de cordialidade**” trata-se de variável composta pela média das avaliações dos traços: boa-pessoa, amigável, tolerante, caloroso. Estes itens, no seu conjunto, apresentam uma boa consistência interna ($\alpha=,87$)⁵.
- A variável “**Impressão global**” foi aferida através da questão: “*Com que tipo de impressão ficou desse novo colega?*” (1 – “Extremamente negativa” a 7 – “Extremamente positiva”).
- A “**Preocupação com as Alterações Climáticas**” foi aferida através da média das perguntas: “*Estou muito preocupado/a com os efeitos das alterações climáticas*” e “*Estão a ocorrer graves alterações climáticas no planeta*”. A consistência interna entre estes dois itens é, de acordo com o alfa de Cronbach, aceitável ($\alpha=,74$).
- A “**Identidade Ecológica**” tem por base a média das respostas às seguintes perguntas: “*Para mim, é importante envolver-me pessoalmente na proteção do ambiente*”; “*Fazer o que posso para poupar energia é para mim um imperativo pessoal*” e “*Faço questão de contribuir pessoalmente para não agravar as alterações climáticas*”. As variáveis que compõem o índice “**Identidade Ecológica**” apresentam uma boa consistência interna entre si ($\alpha= 0.83$).

III.1. Hipóteses

Tendo por base a revisão de literatura foram formuladas dois grupos de hipóteses. O primeiro grupo apresenta as hipóteses levantadas com base na avaliação que os sujeitos farão dos alvos que apresentam crenças e comportamentos sobre eficiência energética, seguindo a linha de estudos anteriormente desenvolvidos na Europa (Alves & Correia, 2008; Félonneau & Becker, 2008; Castro & Bertoldo, 2012). No segundo grupo são apresentadas as hipóteses sobre o efeito moderador da “*Identidade Ecológica*” e da “*Preocupação com as Alterações Climáticas*” na avaliação dos alvos.

H1: Os alvos que praticam a conservação (com perfil consistente crenças e comportamentos pró-conservação) serão avaliados como mais competentes que cordiais; os alvos que não a praticam (crenças e comportamentos anti-conservação e os

⁵ Todos os traços que compõem os índices de competência e cordialidade foram avaliados numa escala de 7 pontos (de 1 – “*Nada característico*” a 7 – “*Muitíssimo característico*”).

inconsistentes) serão vistos como mais cordiais que competentes (hipótese sobre o peso relativo das duas dimensões).

H2: Os alvos pró-conservação serão vistos como mais competentes e mais cordiais que os anti-conservação e terão um *score* mais elevado na impressão global (hipótese comparativa entre os perfis).

H3: Os alvos inconsistentes (apresentam crenças pró-conservação e comportamentos anti-conservação) terão uma avaliação na cordialidade e na impressão global que será intermédia entre a avaliação dos alvos pró e os alvos anti-conservação; e terão uma avaliação semelhante aos alvos anti-conservação na competência (hipótese sobre a avaliação dos alvos inconsistentes).

H4: Os alvos pró-conservação serão avaliados positivamente (acima do ponto médio da escala) na competência, na cordialidade e na impressão global; os alvos anti-conservação de energia serão avaliados negativamente na competência, na cordialidade e na impressão global; os alvos com perfil inconsistente serão avaliados positivamente na cordialidade e na impressão global, mas negativamente na competência (como observado nos estudos realizados por Castro e Bertoldo (2012)) (hipótese sobre a avaliação dos alvos em função das diferentes dimensões)

Não são levantadas hipóteses específicas sobre a avaliação dos alvos com informação apenas sobre os comportamentos. Pretende-se saber se são ou não julgados de forma semelhante aos consistentes.

H5: A “*Preocupação com as Alterações Climáticas*” tem um efeito moderador na avaliação da competência, da cordialidade e na impressão global: quanto maior o nível de “*Preocupação com as Alterações Climáticas*” menor a avaliação da competência, da cordialidade e da impressão global.

H6: A “*Identidade Ecológica*” tem um efeito moderador na avaliação da competência, da cordialidade e na impressão global: quanto maior o nível “*Identidade Ecológica*” menor a avaliação da competência, da cordialidade e da impressão global dos alvos. Ou seja, os indivíduos com elevada “*Identidade Ecológica*” serão mais exigentes na sua avaliação.

Ainda que não sejam testadas hipóteses sobre as diferenças entre os participantes jovens e adultos, espera-se que a idade dos participantes (jovens/adultos) produza diferenças nos julgamentos dos diferentes perfis energéticos. Os participantes adultos serão mais tolerantes na avaliação dos alvos inconsistentes com crenças pró-

O Valor Social de Crenças e Comportamentos de Eficiência Energética

conservação e comportamentos anti-conservação de energia, que será avaliada numa comparação *à posteriori*.

IV. Resultados

As análises dos dados das duas amostras foram realizadas separadamente. Esta separação permite observar, no final, se jovens e adultos apresentam padrões de resposta semelhantes.

IV.1. Jovens

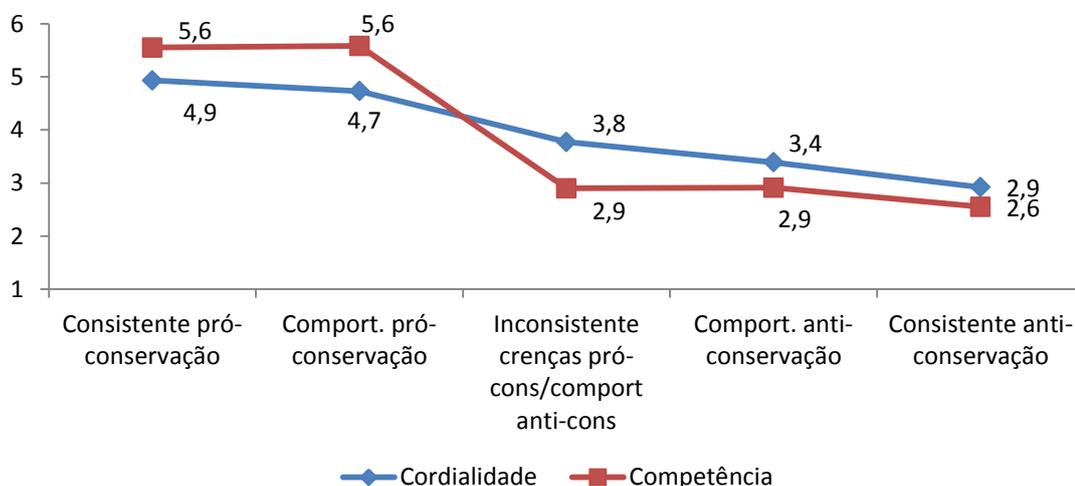
IV.1.1 Análise Prévia - Influência do Sexo do Alvo na Avaliação

No sentido de controlar o efeito do sexo dos alvos na avaliação da competência, da cordialidade e da impressão global foram realizadas análises de variâncias a mais de um factor (One Way Anova) para cada umas das variáveis dependentes, os dados indicam não existir efeito moderador do “*sexo do alvo*” na avaliação da competência ($F(4,116) = 0,952, n.s$), da cordialidade ($F(4,116) = 0,925, n.s$) e da impressão global ($F(4,116) = 0,719, n.s$). Por esse motivo, esta variável não foi tida em conta na análise dos resultados.

IV.1.2 A Avaliação da Competência, Cordialidade e Impressão Global

O teste Manova com medidas repetidas indicou que não existe efeito principal da avaliação (competência e cordialidade) no julgamento dos alvos ($F(1,121) = 0,282; ns$), mas revelou a existência de um efeito de interação entre a avaliação da competência e da cordialidade e os diferentes perfis ($F(4,121) = 13,217; p < ,001$).

Figura IV.1. Avaliação média da competência e cordialidade (jovens)



A análise comparativa entre as avaliações da competência e da cordialidade demonstra que os alvos que praticam a conservação de energia (pro-conservação) são avaliados como mais competentes que cordiais. E os alvos que não praticam (inconsistentes ou com perfil anti-conservação de energia) são julgados como mais cordiais que competentes, como esperado na H1 (ver Figura IV.1).

No sentido de testar a H2, foram, posteriormente, realizadas One-way ANOVA's para cada uma das três variáveis dependentes – competência, cordialidade e impressão global, de forma a identificar se os jovens avaliam da mesma forma os diferentes perfis. Os testes revelaram a existência de diferenças estatisticamente significativas na avaliação da competência ($F(4,121)=72,846; p<,001$), da cordialidade ($F(4,121)=22,308; p<,001$) e da impressão global ($F(4,121)=78,200; p<,001$) dos diferentes perfis de eficiência energética (Ver Tabela IV.1).

Tabela IV.1. Médias das avaliações dos diferentes perfis dos alvos (jovens)

Perfil dos alvos	Competência	Cordialidade	Impressão global
Consistente pró-conservação	5,55a	4,93a	5,69a
Comport. pró-conservação	5,58a	4,73a	5,63a
Inconsistente	2,90b	3,77b	3,50b
Comport. anti-conservação	2,91b	3,39bc	2,96bc
Consistente anti-conservação	2,55b	2,92c	2,52c
	$F(4,121)=72,846;$ $p<,001$	$F(4,121)=22,308;$ $p<,001$	$F(4,121)=78,200;$ $p<,001$

Nota: As médias com letras diferentes são estatisticamente diferentes para um nível de significância de 0,05

O teste *Scheffe* para comparações de médias permitiu observar que, como previsto na H2, os alvos que praticam a conservação de energia (consistentes pró-conservação) de energia são vistos como mais competentes ($M=5,55; DP=0,89$), mais cordiais ($M=4,93; DP=0,80$) e recebem uma avaliação superior no que concerne à impressão global ($M=5,69; DP=0,93$) que os alvos não praticam a conservação de energia (consistentes anti-conservação). Uma vez que estes apresentam valores mais baixos de competência ($M=2,55; DP=0,89$), de cordialidade ($M=2,92; DP=1,11$) e impressão global ($M=2,52; DP=1,05$).

Os resultados apoiam a H3, os alvos inconsistentes, com crenças pró-conservação mas comportamentos anti-conservação de energia, são avaliados da mesma forma que os alvos anti-conservação de energia no que respeita à competência ($M=2,90; DP=1,15$), mas apresentam uma avaliação intermédia entre os alvos pró-conservação e anti-conservação no que respeita à cordialidade ($M=3,77; DP=0,93$) e à impressão global ($M=3,50; DP=0,89$).

O Valor Social de Crenças e Comportamentos de Eficiência Energética

Não foram formuladas hipóteses para a avaliação dos alvos que apenas apresentam comportamentos pró ou anti-conservação de energia. Pretendeu-se averiguar em que medida estes alvos são avaliados da mesma forma que os alvos que além dos comportamentos também revelam as suas crenças. Os resultados revelaram que, os alvos com comportamentos pró-conservação de energia, sem indicação das crenças, são avaliados da mesma forma que os alvos consistentes pró-conservação de energia, tanto na competência ($M=3,58$; $DP=0,80$), como na cordialidade ($M=4,73$; $DP=1,07$) e na impressão global ($M=5,63$; $DP=0,74$). Os alvos com comportamentos anti-conservação de energia, que também não manifestam as suas crenças, são avaliados da mesma forma que os alvos inconsistentes e os alvos consistentes anti-conservação de energia nos três parâmetros de avaliação - competência ($M=2,91$; $DP=0,89$), cordialidade ($M=3,39$; $DP=0,78$) e impressão global ($M=2,52$; $DP=0,71$). As avaliações médias dos alvos com comportamentos anti-conservação não diferem estatisticamente dos perfis inconsistente e consistente anti-conservação (Ver Tabela IV.1)

Finalmente, através do recurso ao teste t para uma amostra, observou-se que os alvos consistentes pró-conservação de energia foram avaliados como competentes, cordiais e com boa impressão global, uma vez que, para os três parâmetros de avaliação, os valores são superiores ao ponto médio da escala (4) ($t_{competência} (28)=9,401$; $p<,001$; $t_{cordialidade} (28)=6,242$; $p<,001$ e $t_{impressão\ global} (28)=9,786$; $p<,05$) (ver Tabela IV.2, Tabela IV.3e

Tabela IV.4).

Tabela IV.2. Valores médios da competência dos diferentes perfis dos alvos (jovens)

	Média	DP	Valor do teste = 4		
			t	df	p
Consistente pró-conservação	5,6	0,89	9,401	28	,000
Comport. pró-conservação	5,6	0,80	10,252	26	,000
Inconsistente	2,9	1,15	-4,277	19	,000
Comport. anti-conservação	2,9	0,89	-5,904	22	,000
Consistente anti-conservação	2,6	0,89	-8,427	26	,000

Tabela IV.3. Valores médios da cordialidade dos diferentes perfis dos alvos (jovens)

	Média	DP	Valor do teste = 4		
			t	df	p
Consistente pró-conservação	4,9	0,80	6,242	28	,000
Comport. pró-conservação	4,7	1,07	3,550	26	,05
Inconsistente	3,8	0,93	-1,102	19	n.s.
Comport. anti-conservação	3,4	0,78	-3,750	22	,05
Consistente anti-conservação	2,9	1,11	-5,083	26	,000

Tabela IV.4. Valores médios da avaliação da impressão global dos diferentes perfis dos alvos (jovens)

	Média	DP	Valor do teste = 4		
			<i>t</i>	<i>df</i>	<i>P</i>
Consistente pró-conservação	5,7	0,93	9,786	28	,000
Comport. pró-conservação	5,6	0,74	11,419	26	,000
Inconsistente	3,5	0,89	-2,517	19	,05
Comport. anti-conservação	3,0	0,71	-7,091	22	,000
Consistente anti-conservação	2,5	1,05	-7,322	26	,000

Os alvos consistentes anti-conservação de energia, por sua vez, foram avaliados como incompetentes ($t(26)=-8,427$; $p<,001$), não cordiais ($t(26)=-5,083$; $p<,001$) e geraram má impressão global ($t(26)=-7,322$; $p<,001$). Os alvos com perfil inconsistente foram avaliados como incompetentes ($t(19)=-4,277$; $p<,001$) e com má impressão global ($t(19)=-2,517$; $p<,05$). Dado que, ambas as avaliações apresentam valores inferiores ao ponto médio da escala. No entanto, no que respeita à cordialidade, a sua avaliação não difere estatisticamente do valor 4 (ponto médio da escala) ($t(19)=-1,102$; $p=n.s$). Em suma, estes resultados apoiam parcialmente a H4 uma vez que, tal como previsto, os alvos com perfil consistente pró-conservação de energia foram avaliados como competentes, cordiais e causaram boa impressão global e os alvos com perfil consistente anti-conservação foram avaliados como incompetentes, não cordiais e geraram uma má impressão global. Ainda, como previsto na H4, os alvos com perfil inconsistente foram avaliados como incompetentes. Mas causaram má impressão global e uma avaliação neutra (semelhante ao ponto médio da escala) no que respeita à cordialidade contrariando a hipótese inicial que esperava que os alvos com este perfil fossem avaliados positivamente em relação à cordialidade e à impressão global.

Os alvos com comportamentos pró-conservação (sem informação sobre as crenças) foram avaliados como competentes ($t(26)=10,252$; $p<,001$), cordiais ($t(26)=3,550$; $p<,05$) e causaram boa impressão global ($t(26)=11,419$; $p<,001$), dado que, em média, os valores atribuídos aos alvos com este perfil são superiores ao ponto médio da escala, nos três parâmetros de avaliação. Os alvos com comportamentos anti-conservação foram avaliados como incompetentes, não cordiais e geraram má impressão global, uma vez que os valores médios de competência ($t(22)=-5,904$; $p<,001$), cordialidade ($t(22)=-3,750$; $p<,05$) e impressão global ($t(22)=-7,091$; $p<,001$) são, de acordo com os testes t para uma amostra, inferiores ao ponto médio da escala.

IV.1.3 O Efeito de Moderação na Avaliação dos Alvos

No sentido de testar o efeito de moderação das variáveis “*Preocupação com as Alterações Climáticas*” e “*Identidade Ecológica*” na relação entre a variável independente (perfil energético dos alvos) e as variáveis dependentes (competência, cordialidade e impressão global) os dados foram submetidos a regressões lineares através de uma macro concebida para o SPSS (Hayes & Matthes, 2009). Os resultados obtidos serão apresentados nos pontos que se seguem.

IV.1.3.1 *Preocupação com as Alterações Climática*

Entre os jovens, verifica-se que a “*Preocupação com as Alterações Climáticas*” não tem efeito moderador na avaliação da competência ($R^2=0,56$; $F(3,122)=52,44$; $p<,001$; $B=-0,049$; $SE=0,060$; *ns*) dos diferentes perfis energéticos.

Encontra-se, porém, um efeito moderador da “*Preocupação com as Alterações Climáticas*” na cordialidade ($R^2=0,45$; $F(3,122)=32,97$; $p<,001$) e na impressão global ($R^2=0,66$; $F(3,122)=78,76$; $p<,001$). Os resultados indicam que quanto mais elevados os níveis de “*Preocupação com as Alterações Climáticas*” menor a avaliação da cordialidade ($B=-0,154$; $SE=,0501$; $p<,05$) e da impressão global ($B=-0,100$; $SE=,0522$; $p<,06$). Estes resultados confirmam parcialmente H5, uma vez que, como esperado, a “*Preocupação com as Alterações Climáticas*” tem efeito moderador na avaliação da cordialidade e da impressão global, mas ao contrário do que previsto não têm impacto na avaliação da competência.

IV.1.3.2 *Identidade Ecológica*

Os dados confirmam parcialmente a H6, dado que, a “*Identidade Ecológica*” não tem efeito moderador na avaliação da competência ($R^2=0,56$; $F(3,122)=52,25$; $p<,001$; $B=-0,033$; $SE=0,00516$; *ns*).

Mas têm um efeito moderador na avaliação da cordialidade ($R^2=0,446$; $F(3,122)=32,694$; $p<,001$) e da impressão global ($R^2=0,65$; $F(3,122)=78,26$; $p<,001$). Quanto maior a “*Identidade Ecológica*” menor a avaliação da cordialidade ($B=-0,13$; $SE=0,043$; $p <,05$) e da impressão global ($B=-0,0947$; $SE=0,045$; $p <,05$). Em suma, uma vez que os testes indicam que, entre os jovens, a “*Identidade Ecológica*” tem efeito moderador na avaliação da cordialidade e da impressão global mas, ao contrário do que esperado, não tem efeito moderador na avaliação da competência.

IV.2. Adultos

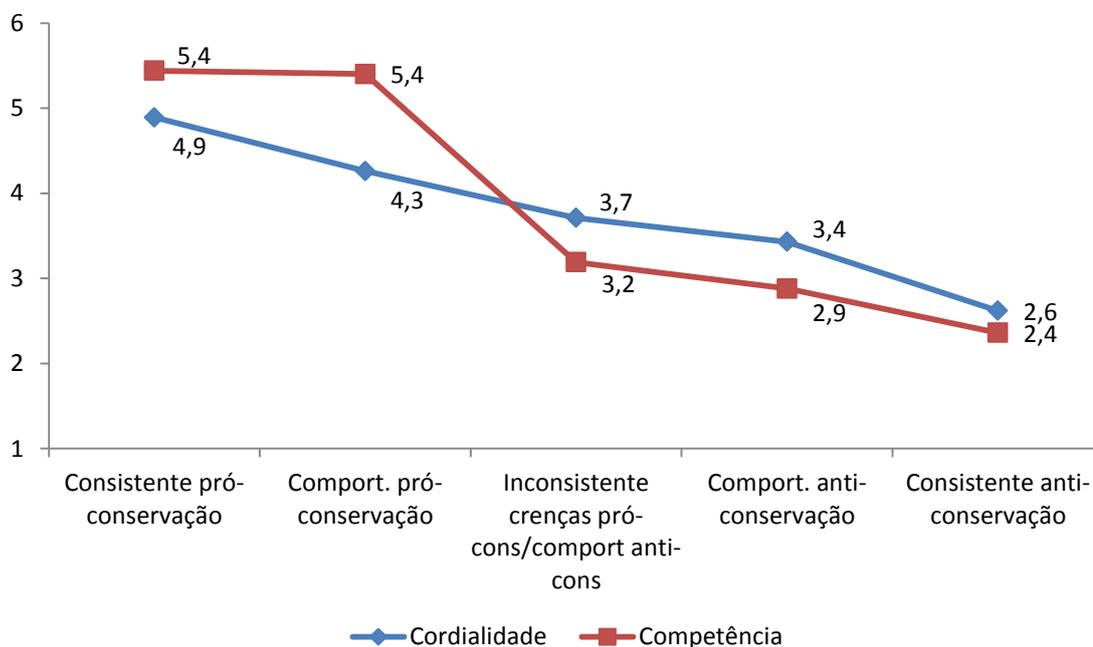
IV.2.1 Análise Prévia - Influência do Sexo do Alvo na Avaliação

Através do teste One Way Anova é possível verificar que o sexo do alvo não tem influência da avaliação da competência ($F(4,109) = 2,320, n.s$) da cordialidade ($F(4,109) = 0,382, n.s$) e da impressão global ($F(4,109) = 0,932, n.s$) feita pelos adultos. Neste sentido, o sexo do alvo não foi considerado na análise dos resultados indicados pelos adultos.

IV.2.2 A Avaliação da Competência, Cordialidade e Impressão Global

A fim de testar a H1, recorreu-se ao teste Manova com medidas repetidas. O teste indicou que não existe efeito principal da avaliação (competência e cordialidade) no julgamento dos alvos ($F(1,114) = 0,513; ns$), mas revelou a existência de um efeito de interação entre a avaliação da competência e da cordialidade e os diferentes perfis em análise ($F(4,114) = 11,213; p < ,001$).

Figura IV.2. Avaliação média da competência e cordialidade (adultos)



Em concordância com a H1, a comparação entre as avaliações da competência e da cordialidade demonstra que os alvos que praticam a conservação de energia são avaliados como mais competentes que cordiais. Os alvos que não praticam a

O Valor Social de Crenças e Comportamentos de Eficiência Energética

conservação de energia (inconsistentes ou com perfil anti-conservação) são julgados como mais cordiais que competentes (ver Figura IV.2).

Os testes One-way ANOVA's realizados para cada uma das variáveis dependentes – competência, cordialidade e impressão global indicam que existem diferenças estatisticamente significativas na avaliação dos perfis de eficiência energética tendo em consideração as três variáveis dependentes ($F_{competência}(4,114)=40,923$; $p<,001$; $F_{cordialidade}(4,114)=13,669$; $p<,001$; $F_{impressão\ global}(4,114)=47,567$; $p<,001$).

Tabela IV.5. Médias das avaliações dos diferentes perfis dos alvos (adultos)

Perfil dos alvos	Competência	Cordialidade	Impressão Global
Consistente pró-conservação	5,44a	4,89a	5,50a
Comport. pró-conservação	5,40a	4,26ab	5,28a
Inconsistente	3,19b	3,71b	3,73b
Comport. anti-conservação	2,88b	3,43bc	3,04bc
Consistente anti-conservação	2,36b	2,62c	2,39c
$F(4,114)=40,923$; $p<,001$ $F(4,114)=13,669$; $p<,001$ $F(4,114)=47,567$; $p<,001$			

Nota: As médias com letras diferentes são estatisticamente diferentes

De acordo com o teste *Sheffe* os dados apoiam a H2. Os alvos com perfil consistente pró-conservação receberam *scores* superiores na avaliação da competência ($M=5,44$; $DP=0,93$), da cordialidade ($M=4,89$; $DP=1,51$) e da impressão global ($M=5,50$; $DP=10,86$) comparativamente aos alvos com perfil consistente anti-conservação de energia que recebem *scores* inferiores nos três parâmetros de avaliação – competência ($M=2,36$; $DP=0,88$, cordialidade ($M=2,62$; $DP=1,06$) e impressão global ($M=2,39$; $DP=1,00$).

Como previsto na H3, a avaliação da competência dos alvos inconsistentes não difere estatisticamente da avaliação da competência dos alvos consistentes anti-conservação de energia ($M=3,19$ $DP=1,11$). No que respeita à avaliação da cordialidade e da impressão global, a avaliação dos alvos inconsistentes ocupa uma posição intermédia entre a avaliação dos alvos consistentes pró-conservação e dos alvos consistentes anti-conservação ($M_{cordialidade}=3,71$; $DP=1,02$, $M_{impressão\ global}=3,73$; $DP=1,16$).

A avaliação dos alvos que apresentam comportamentos pró-conservação de energia, sem indicarem as crenças, não difere estatisticamente da avaliação dos alvos consistentes pró-conservação de energia, tanto no que respeita à competência ($M=5,40$; $DP=1,31$, como à cordialidade ($M=4,26$; $DP=1,46$) e à impressão global ($M=5,28$; $DP=0,98$). Contudo, no que respeita à cordialidade, as avaliações recebidas por este perfil também não diferem estatisticamente das avaliações recebidas pelos alvos

inconsistentes e pelos alvos que apresentam comportamentos anti-conservação omitindo as suas crenças.

Os alvos com comportamentos anti-conservação de energia (sem indicação das crenças) apresentam avaliações da competência estatisticamente semelhantes aos alvos com perfil inconsistente e aos alvos com perfil consistente anti-conservação ($M=2,88$; $DP=1,31$). Quando analisadas as avaliações médias de cordialidade, verifica-se que os alvos que indicam comportamentos anti-conservação, omitindo as suas crenças, recebem avaliações estatisticamente semelhantes às avaliações dos alvos consistente anti-conservação, dos alvos inconsistentes e dos alvos com comportamentos pró-conservação (sem indicação das crenças) ($M=3,43$; $DP=0,87$). Relativamente à impressão global estes alvos recebem uma avaliação média estatisticamente semelhante aos alvos consistentes anti-conservação ($M=3,04$; $DP=0,86$) deferindo dos restantes perfis.

Por último, através do teste t para uma amostra verificou-se que os alvos consistentes pró-conservação de energia foram avaliados como competentes, cordiais e deram uma boa a impressão global. As avaliações médias destes alvos foram superiores ao ponto médio da escala (4) ($t_{competência(25)}=7,884$; $p<0,001$; $t_{cordialidade(25)}=3,951$; $p<,05$); $t_{impressão\ global(25)}=8,927$; $p<,001$). Os alvos com perfil consistente anti-conservação de energia foram avaliados como incompetentes, não cordiais e foram avaliados como tendo má impressão global. Os resultados dos testes t para uma amostra revelaram que tanto na avaliação da competência, como da cordialidade e da impressão global são atribuídos a estes alvos valores médios inferiores a 4 (ponto médio da escala) ($t_{competência(21)}=-8,747$ $p<0,001$; ($t_{cordialidade(21)}=-6,148$; $p<0,001$; $t_{impressão\ global(21)}=-7,539$; $p<0,001$).

Os alvos com perfil inconsistente foram avaliados negativamente em relação à competência ($t(21)=-3,436$; $p<0,05$), mas receberam, em média, uma avaliação semelhante ao ponto médio da escala no que respeita à avaliação da cordialidade ($t(21)=-1,350$; $p=n.s.$) e da impressão global ($t(21)=-1,1019$; $p=n.s.$). Estes resultados apoiam parcialmente a H4, dado que como previsto os alvos consistentes pró-conservação de energia foram avaliados positivamente em relação à competência, à cordialidade e à impressão global e os alvos consistente anti-conservação foram avaliados negativamente em relação à competência, à cordialidade e à impressão global. No entanto, os alvos com perfil inconsistente foram avaliados negativamente em relação

O Valor Social de Crenças e Comportamentos de Eficiência Energética

à competência, mas não positivamente em relação à cordialidade e a impressão global, como previsto inicialmente.

Tabela IV.6. Valores médios da competência dos diferentes perfis dos alvos (adultos)

	Média	DP	Valor do teste = 4		
			<i>t</i>	<i>df</i>	<i>p</i>
Consistente pró-conservação	5,4	0,93	7,884	25	,000
Comport. pró-conservação	5,4	1,31	5,325	24	,000
Inconsistente	3,2	1,11	-3,436	21	,05
Comport. anti-conservação	2,9	1,29	-4,250	23	,000
Consistente anti-conservação	2,4	0,88	-8,747	21	,000

Tabela IV.7. Valores médios da cordialidade dos diferentes perfis dos alvos (adultos)

	Média	DP	Valor do teste = 4		
			<i>t</i>	<i>df</i>	<i>p</i>
Consistente pró-conservação	4,9	1,15	3,951	25	,05
Comport. pró-conservação	4,3	1,46	0,895	24	n.s.
Inconsistente	3,7	1,02	-1,350	21	n.s.
Comport. anti-conservação	3,4	0,87	-3,197	23	,05
Consistente anti-conservação	2,6	1,06	-6,148	21	,000

Tabela IV.8. Valores médios da avaliação da impressão global dos diferentes perfis dos alvos (adultos)

	Média	DP	Valor do teste = 4		
			<i>t</i>	<i>df</i>	<i>p</i>
Consistente pró-conservação	5,5	0,86	8,927	25	,000
Comport. pró-conservação	5,3	0,98	6,532	24	,000
Inconsistente	3,7	1,16	-1,101	21	n.s.
Comport. anti-conservação	3,0	0,86	-5,468	23	,000
Consistente anti-conservação	2,4	1,00	-7,539	21	,000

Os alvos com comportamentos pró-conservação de energia, sem indicação das crenças, foram avaliados positivamente em relação à competência $t(24)=5,325$; $p<0,001$) e à impressão global $t(24)=6,532$; $p<,001$), no entanto em relação à cordialidade a sua avaliação revelou-se semelhante ao ponto médio da escala $t(24)=0,895$; $p=n.s.$), como indicam os resultados dos testes *t* para uma amostra.

Os alvos com comportamentos anti-conservação foram avaliados negativamente em relação à competência ($t(23)=-4,250$; $p<0,001$), à cordialidade ($t(23)=-3,197$; $p<,05$) e à impressão global ($t(23)=-5,468$; $p=<,001$).

IV.2.3 O Efeito de Moderação na Avaliação dos Alvos

A semelhança dos dados recolhidos junto dos jovens, também os dados recolhidos juntos dos adultos foram submetidos a Regressões Lineares através de uma

macro concebida para o SPSS (Hayes & Matthes, 2009) com o objetivo de testar o efeito moderador das variáveis “*Preocupação com as Alterações Climáticas*” e a “*Identidade ecológica*” na avaliação da competência, da cordialidade e da impressão global como previsto nas hipóteses H5 e H6.

IV.2.3.1 *Preocupação com as Alterações Climática*

Entre os adultos, os resultados não apoiam a H5 de que a “*Preocupação com as Alterações Climáticas*” teria um efeito moderado na avaliação da competência, da cordialidade e da impressão global dos alvos. A variável “*Preocupação com as Alterações Climáticas*” não tem efeito moderador na avaliação dos alvos. Não modera a competência $R^2=0,50$; $F(3,114)=37,750$; $p<,001$ ($B=0,014$; $SE=0,074$; *ns*), nem a cordialidade $R^2=0,30$; $F(3,114)=16,099$; $p<,001$ ($B=0,0052$; $SE=0,069$; *ns*) nem a impressão global $R^2=0,59$; $F(3,114)=55,723$; $p<,001$ ($B=0,095$; $SE=0,060$; *ns*). O efeito de interação não se revelou estatisticamente significativo para nenhuma das variáveis dependentes.

IV.2.3.2 *Identidade Ecológica*

Os dados apoiam apenas parcialmente H6. A “*Identidade ecológica*” não modera a competência ($R^2=0,50$; $F(3,114)=38,587$; $p<,001$; $B=-0,059$; $SE=0,070$; *ns*), nem a cordialidade ($R^2=0,33$; $F(3,114)=18,364$; $p<,001$; $B=-0,097$; $SE=0,064$; *ns*). Mas modera a avaliação da impressão global, uma vez que o efeito de interação entre a “*Identidade ecológica*” e os perfis energéticos dos alvos revelou-se estatisticamente significativo ($R^2=0,61$; $F(3,114)=58,211$; $p<,001$). Quanto maior os níveis de “*Identidade ecológica*” menor a avaliação da impressão global ($B=-0,129$; $SE=0,057$; $p<,05$).

V. Discussão

De acordo com a Teoria Sociocognitiva das Normas Sociais, o hetero-julgamento é o paradigma mais indicado para analisar o valor social de uma norma. Estudos anteriores que aplicaram este modelo permitiram verificar que os alvos pró-normativos, com valor social positivo eram avaliados mais favoravelmente comparativamente aos alvos contra-normativos (Jellison & Green, 1981; Alves & Correia, 2008; Castro & Bertoldo, 2012). Assim, são discutidos, neste capítulo, os resultados de julgamentos realizados a diferentes perfis de eficiência energética, que apresentam combinações de crenças e comportamentos ou apenas comportamentos pró e anti-conservação de energia. Pretende-se, desta forma, analisar o valor social atribuído a crenças e comportamentos pró e anti-conservação de energia. São também analisados o papel moderador da “*Identidade Ecológica*” e da “*Preocupação com as Alterações Climáticas*” na realização dos julgamentos e ainda as diferenças entre dois grupos distintos - jovens e adultos. Os estudos realizados, até ao momento, sobre o valor social de crenças e comportamentos sustentáveis partilham amostras muito semelhantes - jovens estudantes universitários (Félonneau & Becker, 2008; Castro & Bertoldo, 2012; Sadalla & Krull, 1995; Welte & Anastasio, 2010). Assim, torna-se importante perceber até que ponto estes resultados se mantêm quando aplicados a adultos. Desta forma, os resultados serão discutidos numa perspectiva comparativa de forma a identificar diferenças e semelhanças entre os dois grupos.

V.1.1 Avaliação dos alvos

Entre jovens e adultos, os resultados apontam para a valorização social de comportamentos pró-conservação de energia. Os alvos com comportamentos pró-conservação de energia foram avaliados como mais competentes que cordiais e os alvos com comportamentos anti-conservação de energia foram avaliados como mais cordiais que competentes. Estes resultados são importantes para suportar a ideia de as crenças e comportamentos relacionados com a conservação de energia têm vindo a ganhar valor social positivo, uma vez, de acordo com a Abordagem Sociocognitiva das Normas Sociais, o valor social está associado sobretudo à perceção de competência uma vez que o nível de competência indica o benefício que a pessoa pode trazer para a sociedade ou outra organização social (Dubois e Beauvois, 2005; Beauvois, 2003; Gilibert &

Cambon, 2003), pelo que, tal como verificado neste estudo, era esperado que os alvos com valor social positivo fossem avaliados como mais competentes que cordiais.

Os alvos consistentes (crenças e comportamentos) pró-conservação de energia foram avaliados como mais competentes, mais cordiais e receberam uma avaliação da impressão global mais favorável que os alvos inconsistentes ou com perfil consistente anti-conservação de energia, o que indica uma valorização social positiva de crenças e comportamentos pró-conservação.

Os alvos inconsistentes receberam uma avaliação intermédia entre os alvos pró-conservação e os alvos anti-conservação no que respeita aos três parâmetros avaliados. Revelando alguma tolerância social para com os alvos inconsistentes. Ou seja, a manifestação de crenças pró-conservação, ainda que não acompanhadas de comportamentos no mesmo sentido, é benéfica para a gestão da imagem uma vez que as pessoas que manifestam acreditar na importância da conservação de energia mas não o colocam em prática recebem uma avaliação superior aos alvos que não acreditam e não praticam a conservação de energia (consistentes anti-conservação de energia). Os resultados apoiam os dados encontrados por Castro & Bertoldo (2012) de que permanece uma tolerância para com os alvos que apesar de não terem comportamentos de eficiência energética, manifestam crenças nesse sentido.

V.1.2 Competência

À semelhança dos estudos desenvolvidos por Castro e Bertoldo (2012), a análise da avaliação da competência, feita por ambos os grupos, suporta a ideia de que as crenças e comportamentos sustentáveis são socialmente valorizados. Uma vez que, os alvos consistentes com crenças e comportamentos pró-conservação de energia foram avaliados como competentes e os alvos consistentes (crenças e comportamentos) anti-conservação e inconsistentes (crenças pró-conservação e comportamentos anti-conservação) foram avaliados como incompetentes, com previsto na H4. Na área da cognição social, têm sido encontradas evidências de que a competência está associada a uma maior valorização social. Na medida em que os alvos com elevado estatuto social são julgados como mais competentes que os alvos com baixo-estatuto (Russell & Fiske, 2008).

Mais uma vez, estes resultados suportam a ideia de que os comportamentos de conservação de energia são socialmente valorizados e que estes comportamentos são importantes na perceção da competência do alvo (Ver Tabela V.1). Dado que, os alvos

O Valor Social de Crenças e Comportamentos de Eficiência Energética

que apenas manifestam comportamentos, sem indicação das crenças, receberam a mesma avaliação da competência que os alvos consistentes pró-conservação. Os alvos que apenas apresentam comportamentos anti-conservação receberam a mesma avaliação que os restantes alvos com comportamentos anti-conservação (consistentes anti-conservação e inconsistente).

Tabela V.1. Síntese da avaliação da competência, cordialidade e da impressão global dos diferentes perfis dos alvos (jovens e adultos)

	Jovem			Adultos		
	Competência	Cordialidade	Impressão global	Competência	Cordialidade	Impressão global
Consistente pró-conservação	5,55a	4,93a	5,69a	5,44a	4,89a	5,50a
Comport. pró-conservação	5,58a	4,73a	5,63a	5,40a	4,26ab	5,28a
Inconsistente	2,90b	3,77b	3,50b	3,19b	3,71b	3,73b
Comport. anti-conservação	2,91b	3,39bc	2,96bc	2,88b	3,43bc	3,04bc
Consistente anti-conservação	2,55b	2,92c	2,52c	2,36b	2,62c	2,39c

Nota: As médias com letras diferentes são estatisticamente diferentes para um nível de significância de 0,05. As células pintadas a verde apresentam valores estatisticamente superiores a 4, as células pintadas a amarelo apresentam valores semelhantes ao ponto médio da escala (4) e as células pintadas a vermelho apresentam valores médio inferiores a 4.

V.1.3 Cordialidade

Relativamente à avaliação da cordialidade, verifica-se que os alvos consistentes pró-conservação de energia foram avaliados como cordiais e os alvos consistentes anti-conservação foram avaliados como não cordiais. Os alvos inconsistentes apresentam uma avaliação semelhante ao ponto médio da escala quer entre os jovens como entre os adultos. O que indica que a manifestação de crenças pró-conservação de energia, mesmo que acompanhados de comportamentos anti-conservação, é suficiente para receber uma avaliação positiva da cordialidade. No entanto, estes alvos não receberam uma avaliação claramente positiva, como esperado na H3 e observado nos estudos de Castro e Bertoldo (2012), mas sim uma avaliação neutra (avaliação semelhante a 4 – ponto médio da escala). O que poderá indicar um agravamento da penalização na avaliação de alvos inconsistentes. Neste caso, é importante considerar que estão a ser avaliados crenças e comportamentos específicos relacionados com a eficiência energética e não crenças e comportamentos relacionados com a proteção do ambiente em geral como verificado nos estudos de Castro e Bertoldo (2012), o que se poderá refletir na avaliação dos alvos.

Verifica-se também que os jovens e os adultos avaliam de forma diferente a cordialidade dos alvos que apenas apresentam comportamentos pró-conservação de

energia. Entre os jovens, estes alvos são avaliados da mesma forma que os alvos consistentes pró-conservação, ou seja, são avaliados como cordiais. Entre os adultos os alvos que apenas indicam comportamentos pró-conservação de energia (sem indicação das crenças) apresentam, à semelhança dos alvos inconsistentes, uma avaliação neutra da cordialidade (Ver Tabela V.1). Desta forma, verifica-se que entre os adultos, apenas os alvos consistentes (crenças e comportamentos) pró-conservação de energia são avaliados como cordiais. Neste sentido, entre os adultos, os resultados revelam uma maior exigência na avaliação dos alvos pró-conservação, uma vez que não basta apresentar comportamentos energeticamente eficientes para que os alvos sejam avaliados como cordiais, esses comportamentos têm de ser acompanhados também por crenças no mesmo sentido. Estes resultados indicam também que, entre este grupo, a crença percebida é importante para a avaliação da cordialidade.

Os alvos com comportamentos anti-conservação (sem indicação das crenças) são avaliados como não cordiais tanto entre os jovens como entre os adultos. O que indica que a apresentação apenas dos comportamentos, sem indicação de crenças pró-normativos é sancionada socialmente tal como verificado na avaliação dos alvos consistentes anti-conservação.

V.1.4 Impressão Global

Os alvos consistentes pró-conservação geram boa impressão global, tanto entre os jovens como entre os adultos. Em oposição aos alvos consistentes anti-conservação que geram uma má impressão global nos dois grupos. Ou seja, os dados apoiam, mais uma vez, a existência de um valorização social positiva de crenças e comportamentos de eficiência energética. No entanto, a análise da avaliação da impressão global dos alvos inconsistentes permite verificar que a tolerância para com estes alvos, identificada na análise da cordialidade é maior entre os adultos do que entre os mais jovens. Os alvos inconsistentes receberam, dos adultos, uma avaliação neutra no que respeita à impressão global. Já os jovens atribuíram a estes alvos uma avaliação negativamente. Em suma, os adultos manifestam maior tolerância para com os alvos inconsistentes atribuindo uma avaliação global neutra, entre os jovens, é necessário apresentar comportamentos pró-conservação para que sejam avaliados positivamente. Independentemente das crenças os alvos com comportamentos anti-conservação são avaliados negativamente no que respeita à impressão global pelos jovens.

Em ambos os grupos, os alvos com comportamentos energeticamente eficientes mas que omitem as suas crenças, recebem uma avaliação da impressão global positiva, semelhante aos alvos consistentes pró-conservação. Os alvos com comportamentos anti-conservação são avaliados da mesma forma que os alvos consistentes anti-conservação de energia. Ou seja, recebem uma avaliação negativa. Desta forma, podemos concluir que os comportamentos são importantes para a gestão de imagem a manifestação de comportamentos pró-conservação é socialmente valorizado e a manifestação de comportamentos anti-conservação é punido socialmente.

V.1.5 Efeito Moderador

Com o objetivo de analisar o papel moderador das variáveis “*Identidade Ecológica*” e “*Preocupação com as Alterações Climáticas*” na avaliação dos diferentes perfis energéticos foram realizadas regressões lineares.

Os resultados mostram que, entre jovens, a “*Preocupação com as Alterações Climáticas*” tem efeito moderador na avaliação da cordialidade e da impressão global, mas não na avaliação da competência, apoiando parcialmente a H5. Também a “*Identidade Ecológica*” tem efeito moderador na avaliação da cordialidade e da impressão global, mas não foi encontrado qualquer efeito moderador na avaliação da competência. Os resultados apoiam parcialmente a H6 que previa a presença do efeito moderador da “*Identidade Ecológica*” também na avaliação da competência.

Entre os adultos, os resultados contrariam a H5. A análise do impacto de variáveis moderadoras no julgamento social demonstra que a “*Preocupação com as Alterações Climáticas*” não tem efeito moderador na avaliação de nenhuma das dimensões do julgamento social consideradas neste estudo: competência, cordialidade e impressão global.

Relativamente à “*Identidade ecológica*”, os resultados revelam que esta variável apenas tem impacto moderador na avaliação da impressão global. As restantes moderações não se revelaram estatisticamente significativas (competência; cordialidade). Os efeitos moderadores identificados revelam que quanto maior a “*Preocupação com as Alterações Climáticas*” e a “*Identidade Ecológica*” maior a exigência na avaliação da cordialidade e da impressão global, tal como esperado nas H5 e H6 e deduzido a partir da relação estabelecida entre as duas variáveis e o comportamento ou intenção de comportamentos sustentáveis (Castro *et al.*, 2009; Whitmarsh, & O’Neill, 2010, Terry, Hogg & White, 1999; Bamberg, 2003; Stern,

2000). Neste contexto, será importante que futuros estudos se debrucem sobre as diferenças entre jovens e adultos, no sentido de perceber por que razão a “*Preocupação com as Alterações Climáticas*” e a “*Identidade ecológica*” têm maior impacto no julgamento social realizado pelos jovens do que pelos adultos. Indica também que em futuras campanhas ou programas de promoção da eficiência energética será importante ter em conta a idade dos alvos a quem se destinam essas campanhas ou programas.

Estes resultados levantam também a questão de saber por que razão a avaliação da competência não sofre influência das variáveis moderadoras. Uma das possíveis justificações pode estar no facto de a avaliação da competência residir na capacidade percebida para realizar tarefas (Fiske, Cuddy, & Glick, 2007), neste caso particular essa avaliação recai sobre a capacidade percebida de desempenhar comportamentos de conservação de energia. Desta forma, a avaliação da competência parece estar “imune” ao efeito moderador, tanto da “*Preocupação com as Alterações Climáticas*” como à “*Identidade Ecológica*”. A avaliação da cordialidade está associada à intenção percebida, ou seja, à percepção de que o alvo tem boas ou más intenções. E também mais sujeito a uma avaliação moral do alvo, por isso mais sujeita às características do avaliador (Fiske, Cuddy, & Glick, 2007).

A discussão dos resultados acentuou algumas limitações deste estudo que importa referir. Não foram estudados o julgamento de alvos que apenas apresentam crenças, sem referir os seus comportamentos. Como já foi dito, a avaliação de alvos que apenas indicam os seus comportamentos revelou diferenças nos julgamentos feitos por jovens e adultos, será assim importante verificar se essas diferenças permanecem no caso de alvos que apenas revelam as suas crenças sobre eficiência energética. Importa ainda referir também que um dos objetivos do estudo foi verificar se os resultados identificados nos estudos sobre crenças e comportamentos gerais de sustentabilidade (Castro & Bertoldo, 2012) se mantinham na avaliação de crenças e comportamentos específicos, como é o caso da conservação de energia. Ainda que os resultados encontrados neste estudo possam apontar para uma mudança na avaliação de crenças e comportamentos sustentáveis, o facto de essa comparação não ter sido feita para a mesma amostra e em simultâneo não nos permite assegurar se as diferenças encontradas referem-se a uma efetiva mudança na avaliação de crenças e comportamentos sustentáveis ou se essas diferenças têm origem na especificidade das crenças e comportamentos avaliados. Neste sentido, os futuros estudos deverão ter em conta estes aspetos.

VI. Conclusões

O objetivo central deste estudo foi analisar o valor social de crenças e comportamentos de eficiência energética. Estudos anteriores têm indicado que as crenças e comportamentos sustentáveis têm valor social positivo na sociedade e este valor está presente na forma como as pessoas se apresentam e julgam os outros (Welte & Anastasio, 2010; Félonneau & Becker 2008; Castro, & Bertoldo, 2012; Griskevicius, Tybur e Van den Bergh, 2010). Os resultados agora encontrados vêm apoiar esses estudos.

Da avaliação expressa pelos dois grupos estudados – jovem e adultos - verifica-se que, a eficiência energética é socialmente valorizada e que os indivíduos que manifestem crenças e comportamentos ou apenas comportamentos contrários à eficiência energética serão sancionados socialmente através da avaliação negativa da competência, da cordialidade e da impressão global. A grande diferença reside na avaliação dos alvos inconsistentes. Embora ambos os grupos manifestem uma maior condescendência na avaliação dos alvos inconsistentes, comparativamente à avaliação de alvos com perfil anti-conservação, é entre os adultos que essa condescendência é maior. Entre os jovens, essa tolerância apenas se manifesta na avaliação da cordialidade. Entre os adultos ela manifesta-se tanto na avaliação da cordialidade, como na avaliação da impressão global.

A partir deste estudo é possível verificar que apesar da existência de leis formais de promoção de eficiência energética e de campanhas de sensibilização, estas leis ainda não atingiram um estado normativo perfeito (Castro, 2012). Caso as leis de conservação de energia estivessem presentes de forma hegemônica na sociedade, a apresentação de comportamentos anti-conservação seria suficiente para receber uma punição social, independentemente das crenças apresentadas. No entanto, essa tolerância parece revelar-se progressivamente mais débil, uma vez que, os alvos inconsistentes recebem uma avaliação neutra no caso da cordialidade e da impressão global - entre os adultos, ou apenas da cordialidade - entre os jovens, em oposição à avaliação positiva observada em estudos anteriores (Castro & Bertoldo, 2012), sugerindo uma diminuição no “*gap*” até agora observado entre crenças e comportamentos sustentáveis (McRae, 2002; Barr, 2004; Félonneau & Becker, 2008, Castro, 2012, Castro & Bertoldo, 2012).

O presente estudo pretendeu também analisar qual o impacto moderador das variáveis “*Preocupação com as Alterações Climáticas*” e “*Identidade Ecológica*” na avaliação dos diferentes perfis energéticos. Já que existem evidências que estas variáveis são preditoras de comportamentos e intenção de comportamentos sustentáveis (Castro *et al.*, 2009; Whitmarsh, & O’Neill, 2010, Terry, Hogg & White, 1999; Bamberg, 2003; Stern, 2000). Os resultados demonstraram que as variáveis moderadoras estudadas têm impacto nos julgamentos social, mas não em todas as suas dimensões e de forma igual nos dois grupos. Tanto entre os jovens como entre os adultos, a avaliação da competência parece não estar sujeita ao efeito moderador das variáveis consideradas para análise. O mesmo não se verifica em relação à avaliação da cordialidade e da impressão global. Entre os jovens, o nível de “*Preocupação com as Alterações Climáticas*” e a “*Identidade Ecológica*” moderam negativamente a avaliação da cordialidade e da impressão global. Ou seja, os jovens com maior “*Preocupação com as Alterações Climáticas*” e com maiores níveis de “*Identidade ecológica*” são mais exigentes na avaliação que fazem dos outros.

Nos adultos a “*Preocupação com as Alterações Climáticas*” não modera nenhuma das dimensões de avaliação estudadas. E a “*Identidade ecológica*” apenas tem impacto na avaliação da impressão global. Quanto maior os níveis de “*Identidade Ecológica*” mais exigentes os adultos são na avaliação da impressão global que fazem dos outros. Os resultados encontrados, com destaque para as diferenças entre jovens e adultos, sugerem a existência de outros fatores nesta relação, que precisam de ser estudados com maior profundidade.

Os resultados agora apresentados, refletem a complexidade do estudo das crenças e comportamentos de eficiência energéticas. No entanto, abrem portas para uma maior compreensão da forma como as pessoas integram as normas formais no seu relacionamento com os outros transformando-as também em normas informais de regulação. Ao revelar a existência de uma valorização positiva de crenças e comportamentos sustentáveis de conservação de energia indica que as pessoas tenderão a adotar crenças e comportamentos energeticamente mais sustentáveis no sentido de obterem aprovação da sua rede social e gerirem o seu auto-conceito (Cialdini & Trost, 1998; Cialdini & Goldstein, 2004). As pessoas que não adoptam comportamentos de energeticamente eficientes tenderão a manifestar crenças pró-conservação de energia no sentido de reduzir ou mesmo evitar a punição social.

A partir deste estudo é possível observar que as leis relacionadas com a conservação de energia caminham no sentido de adquirirem, para além de um carácter prescritivo também um carácter descritivo da sociedade portuguesa (Castro, 2012), mas para que isso aconteça é necessário que as pessoas que acreditam na importância da conservação de energia mas não a praticam recebam uma maior punição social.

O presente estudo levanta ainda algumas pistas inovadoras sobre o impacto da idade no julgamento social e conseqüentemente na adoção de novos comportamentos. Os resultados encontrados ao nível das diferenças entre jovens e adultos vieram contribuir para preencher uma lacuna que persistia na literatura sobre as normas sociais e a gestão de impressões. Uma vez que até ao momento, os estudos desenvolvidos nesta área eram realizados apenas entre estudantes universitários, negligenciando outros grupos. Permite também aprofundar conhecimentos sobre o impacto das variáveis “*Preocupação com as Alterações Climáticas*” e “*Identidade Ecológica*” na formação de impressões, na medida em que até ao momento não eram conhecidos estudos que tivessem em conta estas duas variáveis na avaliação de crenças e comportamentos sustentáveis. Por fim, este estudo permitiu comparar a avaliação feita a alvos que manifestam crenças e comportamentos com a avaliação feita aos alvos que apenas expõem os seus comportamentos sem manifestarem as suas crenças. A introdução, no estudo dos alvos que apenas manifestam comportamentos pró-conservação permitiu verificar que, entre os jovens, a avaliação dos comportamentos é suficiente para analisar o valor social da conservação de energia, uma vez que estes alvos foram avaliados da mesma forma que os alvos consistentes que manifestaram crenças e comportamentos, tanto no caso de alvos pró-conservação como no caso de alvos anti-conservação. No caso dos adultos, essa associação já não é tão clara, uma vez que os alvos com comportamentos pró-conservação de energia, não receberam a mesma avaliação de cordialidade que os alvos consistentes pró-conservação. O que indica que os adultos atribuem maior valor às crenças na avaliação do valor social da conservação de energia que os jovens.

A melhor compreensão destes temas permite a adoção de mecanismos políticos e de comunicação mais eficazes no sentido de promover a generalização de comportamentos sustentáveis. Apesar de indicar algumas pistas este estudo também levanta alguns pontos de interrogação. Nomeadamente, quais os fatores que levam à existência de diferenças, entre jovens e adultos, no impacto das variáveis moderadoras? A diminuição da tolerância para com os alvos inconsistentes, encontradas neste estudo

O Valor Social de Crenças e Comportamentos de Eficiência Energética

sobretudo entre os jovens, devem-se ao facto de nos debruçarmos sobre comportamentos sustentáveis específicos como os de eficiência energética ou de facto reflete uma mudança face a crenças e comportamentos sustentáveis em geral? Serão estes mesmos resultados encontrados em outros grupos como por exemplo categorias profissionais específicas ou com diferentes níveis de escolaridade? Estes pontos de interrogação e a importância de adoção de comportamentos sustentáveis realçam a necessidade de as ciências sociais continuarem a desenvolver estudos nesta área e contribuir para a promoção da sustentabilidade.

VII. Bibliografia

- ADENE (2012). Legislação na área da Energia. Acedido em 30 de Dezembro de 2012, em: <http://www.adene.pt>.
- Alves, H., & Correia, I. (2008). On the Normativity of Expressing the Belief in a Just World: Empirical Evidence. *Social Justice Research*, 21, 106–118.
- Asch, S. E. (1955). Opinions and social pressure. *Scientific American*, 193, 33-35.
- Asch, S. E. (1956). Studies of independence and conformity. A minority of one against a unanimous majority. *Psychological Monographs*, 70(9, Whole No. 416).
- Bamberg, S. (2003). How does environmental concern influence specific environmentally related behaviours? A new answer to an old question. *Journal of Environmental Psychology*, 23, 21–32.
- Barr, S. (2004). Are we all environmentalist now? Rhetoric and reality in environmental action. *Geoforum*, 35, 297-317.
- Beauvois, J.L. (2003). Introduction: The concept of norm. In N. Dubois, A *sociocognitive approach to social norms* (pp. 1-15). London: Routledge.
- Berkowitz, A.D. & Perkins, H.W. (1986). Resident Advisors as Role Models: A Comparison of Drinking Patterns of Resident Advisors and Their Peers. *Journal of College Student Personnel*, 27(2),146-153.
- Berkowitz, AD (1997). From Reactive to Proactive Prevention: Promoting Ecology of Health on Campus. P.C. Rivers and E. Shore (Eds.): *A Handbook on Substance Abuse for College and University Personnel*, Westport, CT: Greenwood Press.
- Castro, P. (2012). Legal innovation for social change: exploring change and resistance to different types of sustainability laws. *Political Psychology*, 33(1), 105–121.
- Castro, P., & Batel, S. (2008). Social Representation, Change and Resistance: On the Difficulties of Generalizing New Norms. *Culture & Psychology*, 14, 475-497.
- Castro, P., & Bertoldo, R. (2012). If I express new ideas, can I maintain old actions for a while? Impression Management and the New Sustainability Laws. Documentos não publicados.
- Castro, P., Garrido, M., Reis, E. & Menezes, J. (2009). Ambivalence and conservation behaviour: an exploratory study on the recycling of metal waste. *Journal of Environmental Psychology*, 29, 24-33.
- Cialdini, R. B. (2003). Crafting normative messages to protect the environment. *Current Directions in Psychological Science*, 12, 105-109.

- Cialdini, R. B., & Goldstein, N. J. (2004). Social influence: Conformity and compliance. *Annual Review of Psychology*, 55, 591–621.
- Cialdini, R. B., Demaine, L. Sagarin, B. J., Barrett, D. W., Rhoads, K., & Winter, P. L. (2006). Managing social norms for persuasive impact. *Social Influence*, 1, 3-15.
- Cialdini, R. B., Reno, R. R., & Kallgren, C. A. (1990). A focus theory of normative conduct: Recycling the concept of norms to reduce littering in public places. *Journal of Personality and Social Psychology*, 58(6), 1015-1026.
- Cialdini, R., & Trost, M. (1998). Social influence: Social norms, conformity, and compliance. In S. Gilbert, S. Fiske, & G. Lindzey, *The Handbook of Social Psychology* (4th ed., Vol. 2, pp. 151-192). New York: McGraw-Hill.
- Diamantopoulos, A., Schlegelmilch, B. B., Sinkovics, R. R., Bohlen, G. M. (2003). Can socio-demographics still play a role in profiling green consumers? A review of the evidence and an empirical investigation. *Journal of Business Research*, 56 (2), 465-480
- Dietz, T., Stern, P.C., & Guagnano, G.A. (1998). Social structural and social psychological bases of environmental concern. *Environment & Behavior*, 30, 450–471..
- Direção Geral de Energia e Geologia. (2012). Energia em Portugal: Principais Números. Lisboa: Ministério da economia e Emprego. Visualizado a 30 de Dezembro de 2012 <http://www.dgeg.pt/>
- Dubois, N. (1994). *La norme d'internalité et le libéralisme*. Grenoble: Presses Universitaires de Grenoble
- Dubois, N. (2003). Introduction: The concept of norm. In N. Dubois, *A sociocognitive approach to social norms* (pp. 123-147). London: Routledge.
- Dubois, N., & Beauvois, J.-L. (2005). Normativeness and individualism. *European Journal of Social Psychology*, 35, 123–146.
- Faucheux, C. & Moscovici, S. (1967), Le style de comportement d'une minorité et son influence sur les réponses d'une majorité, *Bulletin du CERP*, 16, 337-360.
- Félonneau, M., & Becker, M. (2008). Pró-environmental attitudes and behaviour: revealing perceived social desirability. *Revue Internationale de Psychologie Sociale*, 21 (4), 25-53.
- Fernández-Dols, J.M.(2012). Normas formais e informais vs. Normas explicitas e implícitas: uma tipologia de normas alternativas. In C.R. Pereira & R. Costa-

- Lopes (Eds.). *Normas Atitudes e Comportamento Social*. Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais.
- Fiske, S. T., Cuddy, A. J. C., & Glick, P. (2007). Universal dimensions of social cognition: warmth and competence. *Trends in cognitive sciences*, 11(2), 77-83.
- Fiske, S. T., Xu, J., Cuddy, A. C., & Glick, P. (1999). (Dis)respecting versus (dis)liking: status and interdependence predict ambivalent stereotypes of competence and warmth. *Journal of Social Issues*, 55 (3), 473-489.
- Garcia-Marques, L. (1997). Influência Social. In Jorge Vala e Maria Benedicta Monteiro (Eds), *Psicologia Social*, Fundação Calouste Gulbenkian, Lisboa
- Gilbert, D., & Cambon, L. (2003). Paradigms of the sociocognitive approach. In N. Dubois, *A sociocognitive approach to social norms* (pp. 38-69). London: Routledge.
- Göckeritz, S., Schultz, P.W., Rendón, T., Cialdini, R., Goldstein, N., & Griskevicius, V. (2009). Descriptive normative beliefs and conservation behavior: The moderating roles of personal involvement and injunctive normative beliefs. *European Journal of Social Psychology*, 514-523.
- Goldstein, N. J., Cialdini, R. B., & Griskevicius, V. (2008). A room with a viewpoint: Using social norms to motivate environmental conservation in hotels. *Journal of Consumer Research*, 35, 472-482.
- Griskevicius, V., Tybur, J. M., & Van den Bergh, B. (2010). Going green to be seen: Status, reputation, and conspicuous conservation. *Journal of Personality and Social Psychology*, 98, 392-404.
- Hayes, A. F., & Matthes, J. (2009). Computational procedures for probing interactions in OLS and logistic regression: SPSS and SAS implementations. *Behavior Research Methods*, 41(3), 924-936.
- International Energy Agency. (2011). World Energy Outlook 2011: Executive Summary. Paris: International Energy Agency . Acedido em 30 de Dezembro de 2012
http://www.worldenergyoutlook.org/media/weowebbsite/2011/executive_summary.pdf
- Jellison, J. M., & Green, J. (1982). A self-presentation approach to the fundamental attribution error: The norm of internality. *Journal of Personality and Social Psychology*, 40 (4), 643-649.

- Kallgren, C. A., Reno, R. R., & Cialdini, R. B. (2000). A focus theory of normative conduct: When norms do and do not affect behavior. *Personality and Social Psychology Bulletin*, 26, 1002-1012
- McRae, Marjorie R. (2002). “Sure You Do, Uh Huh”: Improving the Accuracy of Self-Reported Efficiency Actions. In *Proceedings of the 2002 ACEEE Summer Study on Energy Efficiency in Buildings*. Washington, D.C. Agosto de 2002, American Council for an Energy-Efficient Economy, 10.189-10.196.
- Milgram, S. (1963). Behavioral study of obedience. *Journal of Abnormal and Social Psychology*, 67, p371–378.
- Minton, A. P. & Rose R. L. (1997). The Effects of Environmental Concern on Environmentally Friendly Consumer Behavior: An Exploratory Study. *Journal of Business Research*. 40: 37-48.
- Mouro, C. & Castro, P. (2010). Local communities responding to ecological challenges: A psycho-social approach to the Natura 2000 network. *Journal of Community & Applied Social Psychology*, 20, 139-155.
- Nigbur, D., Lyons, E., & Uzzell, D. (2010). Attitudes, norms, identity and environmental behaviour: Using an expanded theory of planned behaviour to predict participation in a kerbside recycling programme. *British Journal of Social Psychology*, 49, 259-284.
- Nolan, J. M., Schultz, P. W., Cialdini, R. B., Goldstein, N. J., & Griskevicius, V. (2008). Normative social influence is underdetected. *Personality And Social Psychology Bulletin*, 34(7), 913–23.
- Oceja, L., & Berenguer, J. (2009). Putting text in context: The conflict between proecological messages and anti-ecological descriptive norms. *Spanish Journal of Psychology*, 12(2), 657-666.
- Parry M.L., O.F. Canziani, J.P. Palutikof, P.J. van der Linden and C.E. Hanson, Eds., (2007). *Climate Change 2007: Impacts, Adaptation and Vulnerability. Contribution of Working Group II to the Fourth Assessment Report of the Intergovernmental Panel on Climate Change*. Cambridge, UK: Cambridge University Press.
- Pereira, C.R. & Costa-Lopes, R. (Eds.) (2012). *Normas Atitudes e Comportamento Social*. Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais.
- Reno, R., Cialdini, R., & Kallgren, C.A. (1993). The transsituational influence of social norms. *Journal of Personality and Social Psychology*, 64, 104–112.

- Russell, A. M., & Fiske, S. T. (2008). It 's all relative : Competition and status drive interpersonal perception. *European Journal of Social Psychology*, 38, 1193-1201.
- Sadalla, E., & Krull, J. (1995). Self-presentational barriers to resource conservation. *Environment & Behavior*, 27, 328-353.
- Schmidt *et al.*, (2011). O Ambiente em 25 anos de Eurobarómetro. Lisboa: Observa
- Schmidt, L. Trüninguer, M. & Valente, S.(2004). *Problemas ambientais, prioridades e quadro de Vida*. In J.F. Almeida (Ed.). Os Portugueses e o Ambiente: II Inquérito Nacional às Representações e Práticas dos Portugueses sobre o Ambiente. Oeiras: Celta Editora
- Schmidt, L., Santos, F.D., Prista, P., Saraiva, T., Gomes, C. (2012). Alterações climáticas, sociais e políticas em Portugal: processos de governança num litoral em risco. *Ambiente & Sociedade*, 15 (1), 23–40.
- Schultz, P. W., Nolan, J. M., Cialdini, R. B., Goldstein, N. J., & Griskevicius, V. (2007). The constructive, destructive, and reconstructive power of social norms. *Psychological Science*, 18, 429-34.
- Schultz, P.W. (1999). Changing behavior with normative feedback interventions: A field experiment on curbside recycling. *Basic and Applied Social Psychology*, 21, 25–36.
- Sherif, M. (1935). A study of some social factors in perception. *Archives of Psychology*, 27(187), 17-22.
- Sherif, M. (1936). An experimental approach to the study of attitudes, *Sociometry*, 1, 902-98.
- Stern, P. (2000). Toward a Coherent Theory of Environmentally Significant Behavior. *Journal of Social Issues* , 56 (3), 407–424.
- Terry, D. J., Hogg, M. a, & White, K. M. (1999). The theory of planned behaviour: self-identity, social identity and group norms. *The British journal of social psychology / the British Psychological Society*, 38(3), 225–44.
- Thøgersen, J. (2006). Norms for environmentally responsible behaviour: An extended taxonomy. *Journal of Environmental Psychology*, 26(4), 247–261.
- Welte, T., & Anastasio, P. (2010). To conserve or not to conserve: Is status the question? *Environment and Behavior*, 42, 845-863.

Whitmarsh, L., & O'Neill, S. (2010). Green identity, green living? The role of pro-environmental self-identity in determining consistency across diverse pro-environmental behaviours. *Journal of Environmental Psychology*, 1–10.